

LUCIANO FÁBIO DANTAS CAPISTRANO

**O GOLPE MILITAR NO RIO GRANDE
DO NORTE E OS NORTE-RIO-
GRANDENSES MORTOS E
DESAPARECIDOS: 1969-1973**

**Natal - RN
2010**

**@2010 (Direito Autoral)
(Direito de Reprodução)**

**Editor
Abimael Silva**

**Capa/ Projeto Gráfico
Victor Hugo Diógenes**

**Normalização
Adriana Alves da Silva Alves Dias
Jose Targino Lopes**

D192g Capistrano, Luciano Fábio Dantas.

O Golpe Militar no Rio Grande do Norte e os Norte-Rio-Grandenses morto e desaparecidos: 1969-1973 / Luciano Fábio Dantas Capistrano. – Natal: Sebo Vermelho, 2010.

130p. : il.; 14,8 x 21 cm.

1. Rio Grande do Norte - História. 2. Rio Grande do Norte - Golpe Militar. 3. Rio Grande do Norte - Desaparecidos Políticos. I. Título.

CDD 981.32

CDU 94(813.2)

Esta publicação é dedicada a João Ricardo, *in memória*,
morto em 1995, pela mesma prática policial que nos
anos 1970, ceifou o futuro de centenas de jovens.

Agradecimentos

Ao meu pai, mestre que me ensinou a dizer não a todo tipo de autoritarismo e a minha mãe, que me ensinou a rezar.

Aos meus professores, companheiros desde a alfabetização, nas entrelinhas um pouco de cada um dos meus mestres.

Ao amigo Victor Hugo, pelo apoio, fundamental na realização deste sonho.

Aos amigos, familiares ou não, responsáveis por minha trajetória de vida.

Ao companheiro Mery Medeiros, símbolo da resistência ao regime ditatorial implantado no Brasil, como golpe de 1964.

“Num momento como este, o silêncio é culpado. Falar é um risco, mas um testemunho necessário”.

Frei Tito

“Uma nuvem que os ares escurece / sobre nossas cabeças aparece. E tão tenebrosa vinha carregada / que pôs nos corações um grande medo”.

Luis de Camões

Apresentação

Em um momento muito oportuno chega até nós o livro do companheiro Luciano Capistrano, abordando o difícil tema do golpe militar, da tortura, de assassinato, enfim, de crimes contra o povo norte-riograndense e brasileiro. Não é um tema fácil, pois desde o início da nossa história assuntos como o tráfico negreiro, Canudos, Guerra do Paraguai, Estado Novo são ainda colocados abaixo do tapete por uma classe dominante arrogante e má, é só ver o que esse povo fez aqui no estado do Rio Grande do Norte, exterminando quase que por completo os povos nativos.

Sem esquecer os lutadores e lutadoras de 1935, a luta pelas reformas de base levaram a um novo ciclo de mortes e torturas ao longo dos anos 60 e 70. Hoje, nas periferias e nos centros de nosso país, não só a tortura, o desaparecimento forçado, a escravidão, a execução extra-judicial e o trabalho escravo são a continuidade desse tipo de prática, sob o olhar e a prática impune dos que detêm as rédeas do poder e do mando.

Mas reação a tudo isso passa pelo olhar histórico, pela (re)leitura da nossa história, quase sempre escrita pelos vitoriosos e usurpadores, por jovens historiadores que vem trazer uma nova visão e uma nova versão do que aconteceu, pois a verdade continua sendo revolucionária.

Levantar dados da nossa vida recente e disseminar, socializar História com H para a nossa população é um dever de nossa geração, compromisso dos

que lutam por justiça e almejam um mundo mais justo, socialista.

Que essa semente seja disseminada em todos os quadrantes de nosso estado, levado a escolas, bibliotecas, estudantes, professores, sindicatos, igrejas, movimentos, enfim, ajude a contar o que realmente aconteceu, levante os nomes dos verdadeiros patriotas e de todos e todas que ajudaram a construir a nascente democracia brasileira.

Se tem os que morreram e foram torturados, temos o compromisso de dizer e denunciar quem matou e quem torturou, que nesses tempos ficam tirando onda de democratas, quando na verdade são filhotes dos capitães do mato.

Não só pessoas, mas estruturas que perpetuam-se através de instituições, partidos políticos sempre re-nomeados e nomes e sobrenomes.

A verdade histórica, eis o caminho para edificarmos uma verdadeira identidade nacional e estadual.

Bem vindo seu livro, Luciano, que seja o início de vários para que possamos dar alimento de reflexão e consciência crítica ao nosso povo

Roberto Monte
Centro de Direitos Humanos e Memória Popular

A importância da preservação da memória histórica

A preservação da memória histórica é fundamental na construção da cidadania e na formação de um país livre e democrático. É exatamente isso que o professor Luciano Capistrano procura fazer nesse seu trabalho, resgatar figuras que se doaram a luta por um país justo e democrático, e por esse motivo tiveram suas vidas ceifadas pela truculência de um regime ditatorial que prendeu, torturou e assassinou centenas de homens e mulheres. São personagens da nossa história que tiveram um papel importante na luta contra a ditadura militar implantada no Brasil em 1964, foram 20 anos de um regime arbitrário que não deve e não pode ser esquecido.

Existe uma tentativa de esconder das novas gerações as arbitrariedades cometidas nesse período, como se pudessem apagar os crimes que eles cometeram. Nessa tentativa, deturpam os fatos, mostram uma história não condizente com os acontecimentos, inventam uma história de ditabrandia, que de brandia não teve nada. A ditadura militar imposta ao povo brasileiro foi igual ou pior a todas as ditaduras que surgiram na mesma época na América Latina, seqüestrou, torturou e assassinou milhares de pessoas nos porões da repressão.

Hoje, o que me preocupa não é o apagão histórico promovido pela “grande” mídia sobre esse tema, ela exerce o papel que o seu proprietário determina, é um instrumento das forças econômicas e políticas do país, ela faz o jogo de interesse dos seus donos. O que me preocupa é o apagão histórico da sala

de aula, esse é muito grave, porque a sala de aula pertence ao professor, ele é o dono do pedaço, além do mais, ele tem a autoridade do saber; pode debater assuntos diversos, mesmo que não esteja na grade curricular das diversas disciplinas. Na sala de aula qualquer assunto pode ser debatido, desde que seja importante para formação intelectual do aluno, procurando dá a ele uma visão crítica dos acontecimentos nacionais e internacionais.

O professor tem que ter consciência do seu papel, tem que ter uma visão crítica e comprometida com o seu país e com o seu povo, sem isso ele não exercerá bema sublime missão do educador, que é formar as novas gerações para a cidadania plena.

Para que isto aconteça é preciso resgatar a verdade histórica e leva-la as salas de aula, ao conhecimento das novas gerações. Esse é exatamente o objetivo desse trabalho.

Portanto, falar para os alunos sobre os mortos e “desaparecidos” durante a ditadura (1964/1984) é resgatar uma parte importante da nossa história é trazer para a sala de aula o debate livre e democrático sobre a luta política e a formação histórica do nosso país, do nosso povo, enfim, é ajudar na formação da verdadeira cidadania.

Um povo sem o conhecimento do seu passado está fadado ao desaparecimento ou, no mínimo, a ser dominado facilmente por outras culturas. Um povo sem conhecer, corretamente a sua história é um povo sem personalidade. Deste modo, essa história que o professor Luciano Capistrano

resgata é basilar para formação da nossa juventude é importante para o futuro do Brasil e porque não dizer, da América Latina.

Durante o período da ditadura militar, aqui no Brasil, como em outros países Latino Americanos, foram presos, torturados e assassinados milhares de homens e mulheres, pelo simples fato de discordarem politicamente dos donos do poder.

Esse tema tem sido um tabu, falar sobre revisão da Lei de Anistia, sobre punição dos assassinos e torturadores, sobre os “desaparecidos”, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH III, sobre a Comissão da Verdade, para as forças reacionárias e a grande mídia é querer reabrir feridas.

Não entendo assim, punir quem torturou e assassinou é fazer justiça, é não permitir a impunidade, é reparar um erro histórico, que foi equiparar os torturadores com as suas vítimas.

A reação do PIG - Partido da Imprensa Golpista e da direita ao PNDH-III, é uma prova contundente que a elite brasileira gosta de colocar o lixo da história para baixo do tapete, prática comiqueira das nossas oligarquias, atitude que vem ocorrendo desde a Independência até os dias de hoje.

No Brasil nunca houve ruptura política, mas sim transições lentas e graduais, sempre conduzidas por quem já estava no poder e no mínimo era conivente com os crimes e desmandos praticados pelo antigo regime.

Lendo a história do Brasil, desde a Colônia até os dias atuais, vamos comprovar essa impunidade, que é lesiva a nossa pátria e ao nosso povo.

Portando, se faz necessários que esse trabalho do professor Luciano Capistrano seja levado às salas de aula, que os nossos professores leve ao conhecimento dos seus alunos, contribuindo comisso no resgate da verdade histórica e na formação correta das novas gerações. Tortura nunca mais.

O Rio Grande do Norte não ficou imune às truculências da ditadura militar, têm muitos dos seus filhos incluídos na triste lista de presos políticos, muitos deles foram torturados, mortos e “desaparecidos”. Entre os “desaparecidos” e assassinados, lembro aqui algumas figuras com quem tive o privilegio de compartilhar os mesmos sonhos, os mesmos ideias, a mesma utopia: Luiz Ignácio Maranhão Filho, Hiran de Lima Pereira, Virgílio Gomes da Silva, Anatalia de Souza Melo Alves, José Silton Pinheiro e Emmanoel Bezerra dos Santos.

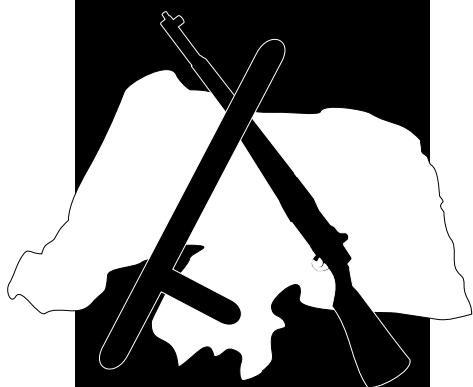
Professor Antônio Capistrano
Ex-Reitor da UERN

Sumário

Capítulo 1 Raízes do Golpe _____	17
Capítulo 2 A face obscura do regime militar _____	35
Capítulo 3 O golpe militar no Rio Grande do Norte _____	49
Capítulo 4 Considerações Finais _____	71
Referências _____	77
Anexo I Biografias _____	81
Anexo II Fotografias _____	109

Capítulo 1

RAÍZES DO GOLPE



1 RAÍZES DO GOLPE

O povo brasileiro vivenciou, por 21 anos, uma série de governos militares que de forma geral caracterizaram-se pelo desrespeito às garantias individuais. Com os generais no poder, em abril de 1964, foi inaugurada uma época em que estudantes, camponeses, profissionais liberais, enfim, todos que ousavam contestar o governo vigente eram enquadrados na famigerada “Lei de Segurança Nacional”¹.

O modelo político pós-64 apresenta sua face mais cruel a partir de dezembro de 1968, com o Ato Institucional Número 5 (AI-5). Estava aberta a temporada de perseguições políticas. É neste quadro do AI-5 que assume a presidência General Emílio Garrastazu Médici, iniciando aquela que seria a época mais obscura dos governos militares (COUTO, 1999).

Para compreender estes anos de ditadura militar é necessário, num primeiro momento, fazer algumas considerações sobre o cenário internacional e brasileiro o golpe militar-civil derrubou o Presidente João Belchior Marques Goulart. Num período, em que as organizações sociais se apresentavam fortalecidas, tendo inclusive constituído a FMP (Frente de Mobilização Popular), era esperada uma reação imediata do movimento popular contra os militares golpistas, o que se viu foi uma profunda perplexidade. Neste primeiro momento o

¹ Era lei de repressão política, ou defesa do Estado, tinha como ponto básico o de que todo cidadão, em princípio, é um suspeito. (MARTINS, 1986, P.56)

movimento popular ficou paralisado. Conforme o Professor Emir Sader (1991, p.5) “O golpe militar-civil instaurou a ditadura militar e marcou a ruptura da ordem constitucional”. Assim rompeu-se a ordem democrática.

1.1 O Golpe de Abril no Contexto Internacional

A ascensão dos militares no comando do “Planalto Central” aconteceu dentro de um contexto internacional bastante favorável ao endurecimento do regime político. Segundo Hobsbawm (2000, p.341): “Havia mais espaço na política para homens dos tanques do que jamais antes”. Era tempo de Guerra Fria, confronto entre os Estados Unidos e a então União Soviética, período peculiar na história dos conflitos do século XX e que poderia ser definido como uma nova guerra mundial. O filósofo Thomas Hobbes confirma o que foi exposto, pois como observou “A guerra não consiste só na batalha, ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (HOBBS apud HOBBSAWM, 2000, p.224).

As superpotências, Estados Unidos e União Soviética, dividiam o mundo em regiões de sua influência. Consolidava-se, portanto, a bipolarização – cada superpotência buscava o fortalecimento de sua hegemonia em determinada área do mundo.

O armamentismo era o tom destes anos de Guerra Fria. O historiador Eric Hobsbawm, de forma clara, expressa o sentimento vivido na época

Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro, achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas (Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar). Não aconteceu mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária (HOBSBAWM, 2000, p.224).

Neste mundo dividido, insere-se a América Latina sofrendo a influência, principalmente dos Estados Unidos, que já naqueles anos declaravam-se senhores das Américas, como afirma Basbaum (1986, p.101): “Este país detinha um passado marcado pela intervenção política nos países Latino-Americanos por aproximadamente 150 anos”. Neste sentido, a pressão norte-americana para o que o Brasil se mantivesse alinhado à sua política utiliza todo tipo de armas. Uma delas era a Aliança Para o Progresso, como objetivo de “comprar as mentes e os corações de toda uma nação”. O Programa Aliança Para o Progresso consistia numa cooperação econômica.

No caso brasileiro, estabeleceram-se convênios com governos estaduais simpatizantes ou defensores dos interesses americanos. A título de exemplo, pode-se citar o governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, que firmou acordo com os americanos, sendo um dos primeiros governadores a apoiar o golpe militar.

A revolução cubana também foi outro fator que deixou em alerta os adeptos da política americana, pois como afirmou o professor José Germano, em “Estado militar e educação no Brasil”:

Na verdade, a experiência cubana fascinou os oprimidos de vários países e os Estados Unidos empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outro ponto das Américas. Os exércitos continentais foram conclamados a travarem uma prolongada luta anti-subversiva e, em alguns casos, ocorreu uma intervenção inequívoca dos Estados Unidos em favor das forças antidemocráticas e golpistas, como se verificou no Brasil, em São Domingos e no Chile. (GERMANO, 1993, p.50)

A idéia era preservar o continente americano dos princípios socialistas². A civilização ocidental cristã não poderia se render ao comunismo³. No Brasil, este era o pensamento dos conservadores da época, como bem demonstram as idéias do arcebispo de Diamantina/MG, D. Geraldo de Proença Sigaud, ao afirmar em 1962 que “o comunismo é uma seita internacional que visa instaurar o reino de Satanás neste mundo, destruindo a sociedade humana baseada na Lei de Deus e no Evangelho (SIGAUD apud GERMANO, 1993, p. 51).

O clima do período definia-se assim: de um lado encontravam-se os defensores da família e da propriedade privada, do outro estavam aqueles que

² Propõem a construção de um sistema social no qual a propriedade dos meios de produção é coletiva e gerida pelo Estado. (RODRIGUES, 1992, p.80)

³ Modelo revolucionário que teria por fim eliminar a sociedade de classe e o próprio Estado. (COSTA, 1989, p.77)

defendiam uma sociedade socialista e sua economia planificada. Nesta conjuntura, a América Latina vivia em efervescência. A política de coexistência pacífica⁴ entre comunistas e capitalistas⁵, patrocinada por Moscou, era alvo de crítica da esquerda latino-americana. Essas críticas inspiravam-se no exemplo de Fidel e nas idéias de Debrey. Como observa Hobsbawm (2000, p.428):

O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda a América Latina. Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de "dois, três, muitos Vietnãs. Uma ideologia adequada foi fornecida por um brilhante jovem esquerdista francês, que sistematizou a idéia de que num continente maduro para a revolução, só se precisavam importar pequenos grupos de militantes armados para as montanhas adequadas e formar 'focos' para a luta de libertação em massa.

Apesar de os acontecimentos da ilha de Cuba exercerem ampla influência na América Latina, existia uma enorme distância entre lutar por melhores condições de vida e defender a transformação do modelo econômico. As classes dominantes, de longa tradição na defesa de seus interesses e das multinacionais, com medo de perder o controle dos movimentos populares, utilizaram a propaganda da Guerra Fria para justificar qualquer meio empregado

⁴ Este conceito foi formulado em termos de política nacional no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). Sobre esta política Nikita Krushev afirmou: Só existem duas soluções: a coexistência pacífica, ou, então, a mais devastadora guerra da História. (BARROS, 1990, p.69-70)

⁵ Entendido como os adeptos do capitalismo (modelo social baseado na propriedade privada dos meios de produção). (RODRIGUES, 1992, p.78)

na conservação do poder em suas mãos. Edgar Luiz de Barros, em *A Guerra Fria*, esclarece esta relação entre a burguesia latino-americana e o mundo da Guerra Fria:

O ideário de luta anticomunista serviu como uma luva para que as classes dominantes latino-americanas justificassem sua presença no poder. O que era - e é - fruto da miserável situação interna e da exploração externa passou a ser considerado como resultado da 'conspiração comunista internacional'. O descontentamento e o movimento popular foram intensamente reprimidos por governos que se justificavam internacionalmente, erguendo esfarrapadas bandeiras da Guerra Fria (BARROS, 1990, p.68).

Deste modo, a repressão política patrocinada pelos donos do poder tinha como justificativa o mito constituído a partir do ideário da Guerra Fria de que a sociedade cristã ocidental estava em perigo diante da expansão comunista. Na verdade a luta por pão, terra e paz na América Latina era reprimida com uma brutalidade desumana.

A América Latina na década de 1960 é acompanhada de perto pelos Estados Unidos que, quando não encontram uma elite disposta a assumir e defender a política da Casa Branca, intervêm com seus Marines em qualquer parte do continente. De forma direta ou indireta, a presença norte-americana faz parte da história do Cone-sul. Para concluir estas considerações sobre a contextualização do tema no âmbito internacional, chamamos a atenção de que é bem ilustrativa a ação norte-americana, no Brasil, Lincoln Gordon, em 1964,

confirma a participação de “Washington” no golpe militar-civil:

Obviamente não podia imaginar que aquilo fosse acabar em regime de exceção prolongado. Se alguém me sugerisse naquele dia que o governo militar iria durar 21 anos, eu diria que o sujeito era louco. A famosa operação Brother Sam⁶, que se atribui à CIA, foi na verdade uma operação da marinha de guerra orquestrada por mim (GORDON apud COUTO, 1999, p.57).

1.20 Brasil pré-abril de 1964

O início dos anos 1960 no Brasil é caracterizado pela falência do populismo enquanto projeto político que garantia a permanência da burguesia no poder, cujo alicerce está na aparente harmonia entre as classes sociais. Sobre esta função política do populismo o historiador Jacob Gorender afirma:

O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve em elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequadas a massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não sua essência, concentrada nas idéias de colaboração de classes e paz social (GORENDER, 1998, p.16).

⁶ A operação Brother Sam, discretamente deflagrada nos Estados Unidos no final de março de 1964, consistia em apoio logístico ao golpe. (COUTO, 1999, P.25)

Neste sentido, o populismo é um dos instrumentos em que a elite apoiou-se para constituir e manter a ordem burguesa, pelo menos até quando se sente ameaçada por uma classe operária que nasce com esta política populista e a cada momento adquire uma maior consciência de classe. Deste modo:

O populismo é um movimento representativo, fundamentalmente, da concomitância do controle da cúpula do poder econômico-político pela burguesia brasileira, sob as transformações trazidas pelo novo setor da burguesia industrial, com a cooptação, para esse processo, do proletariado emergente. Constitui uma aliança de classes, frouxa, mas durável, que perdura do fim do Estado Novo até a crise do governo Goulart. Um período que se estende de 1945 a 1964. Esse processo está caracterizado por uma reorganização de alianças dentro da sociedade brasileira (JAGUARIBE, 1985, p.13).

Confirmando o que foi dito, anteriormente, sobre o populismo, Dreifuss (1981, p.125) apresenta a candidatura de Jânio Quadros como sendo “a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente”. Quando da renúncia de Jânio, em agosto de 1961, o vice-presidente, João Goulart, encontrava-se em visita diplomática à China. Nesse momento da Guerra Fria, os setores dominantes entraram em pânico temerosos de que João Goulart assumisse o poder, porque as forças conservadoras mostravam o perigo de qualquer aproximação com países comunistas.

João Goulart marcou sua trajetória política. Desde o governo de Getúlio

Vargas, quando foi ministro do trabalho, por sua proximidade com os setores organizados da sociedade, principalmente os representantes da classe trabalhadora. Herdeiro político de Vargas pautou sua vida política na defesa intransigente das conquistas trabalhistas.

A posição de desconfiança dos setores dominantes da sociedade, em relação ao governo Goulart, é confirmada por René Dreifuss, em *A Conquista do Estado*:

João Goulart tomou-se presidente, contrariamente às expectativas dos empresários multinacionais e associados, bem como da estrutura militar de direita. Com a ascensão de João Goulart ao governo, o bloco multinacional associado, que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extra-políticos. Os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto continha as aspirações nacional-reformistas (DREIFUSS, 1981, p. 130).

Esta articulação de um bloco civil-militar, apontada por Dreifuss, com a finalidade de conservar os privilégios das multinacionais e associados, rompendo a ordem constitucional não era nenhuma novidade na política brasileira. A demobida do governo de João Goulart representou na verdade a vitória de um grupo político que ao longo dos governos populistas sempre cogitou a possibilidade de os militares assumirem o poder, preservando deste modo seus

interesses. Tancredo Neves, primeiro-ministro do governo Goulart, testemunha ocular dos grandes episódios da República desde Vargas até o fim do regime militar, esclarece a relação do golpe militar de abril, com outros momentos da história republicana:

Eu acho que o suicídio (do presidente Getúlio Vargas, 25 de agosto de 1954) teve realmente como consequência a eleição de Juscelino (Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito presidente da República em 1955). Mas o suicídio também adiou 64. Você verifica as lideranças de 64 são as mesmas de 54, com os mesmos objetivos. 64 foi uma revolução de direita, uma revolução conservadora, uma revolução nitidamente pró-americano, feita, inclusive, com a participação deles, americanos, que já tinham participado em 54. Para mim, este é o aspecto mais importante do suicídio de Vargas. Você verifica também que o Jânio, em 61, foi na verdade um cripto-64. O Jânio teve uma cobertura enorme de todos os elementos que fizeram 64. Quando foi de sua renúncia, se não é o movimento do Brizola no Sul, eles já teriam realmente, nessa oportunidade, implantado 64. Foi a resistência pela legalidade democrática comandada pelo Brizola que conseguiu empolgar a nação, criou um clima de opinião pública e mobilizou (NEVES apud COUTO, 1999, p.54).

A sociedade brasileira do início da década de 1960 é marcada pela ebulição dos movimentos sociais, fortalecimento dos sindicatos, criação do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores, em 1962 - depois denominado Confederação Nacional dos Trabalhadores), mobilização das Ligas Camponesas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais em favor da reforma agrária, como também o movimento estudantil liderado pela UNE (União Nacional dos

Estudantes) e as associações militares, todos organizados fazendo a atividade política ultrapassar os limites do parlamento. Conforme o professor Francisco Iglésias:

Tanta movimentação social e política resulta do fato de que a nação participa do processo. A atividade pública deixa de ser privilégio de governos ou dos partidos, para ser exercida pela sociedade. Todos falam, depõem, dão testemunho, reivindicam. É o que se dá, por exemplo, até no campo artístico. A arte quer exprimir as multidões, atingi-las. Surgem então os Centros Populares de Cultura - os CPC'S -, já em 1961, no Rio de Janeiro, no Nordeste, nos grandes núcleos urbanos e até no campo, na busca de uma cultura nacional, popular e democrática, com consta de seus programas (IGLESIAS, 1993, p.292).

A mobilização popular acontece não somente na esquerda, mas a direita também ocupa as ruas com as famosas “marchas da família”. Instituições com a Igreja Católica e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foram pilares importantes na formação de uma mentalidade pró-intervenção militar nos rumos políticos do Brasil.

Havia então, uma situação de emergente conflito social, no qual caminhos diferentes eram propostos à sociedade brasileira, provocando uma crise política que acabou no movimento militar de 1964. Para o capital externo e setores dominantes da burguesia nacional a intervenção militar foi uma ação salvadora (DREIFUSS, 1981).

O pensador e diplomata José Guilherme Merquior faz uma síntese do

momento político pré-abril de 1964, apresentando algumas causas imediatas do golpe militar-civil:

Instabilidade governamental, desintegração do sistema partidário, virtual paralisa da capacidade decisória do Legislativo, atitudes equivocadas por parte do Presidente Goulart, quando nada com respeito a sua sucessão; a ameaça representada por uma reforma agrária mal definida; inquietação militar em face da tolerância do governo aos motins dos sargentos; e radicalismo crescente, tanto da direita como da esquerda (...) tudo isto complementado pela inflação alta e, naturalmente, pelo fantasma assustador da revolução cubana (MERQUIOR apud COUTO, 1999, p.43).

Alguns historiadores, com Jacob Gorender, observam que o Brasil pré-64 vivia um momento político favorável à revolução⁷. Existia a possibilidade da eclosão do movimento revolucionário, como apoio e a participação das camadas populares da sociedade brasileira. Vejamos, então, a afirmação de Gorender:

Segundo penso, o período 1960-1964 marcou o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo (GORENDER, 1998, p.66-67).

⁷Revolução é um fenômeno democrático, que tem como finalidade construir um novo Estado (WEFFORT, 1986, p. 109).

Nessa conjuntura, o general Mourão Filho lidera tropas mineiras e aciona o golpe militar-civil, rompendo o processo democrático e iniciando o período de governos militares, comprometidos com os interesses do grande capital.

Muitas análises foram feitas por cientistas políticos, historiadores, na perspectiva de entender a “facilidade” com que as forças golpistas depuseram o Presidente João Goulart.

O que aconteceu foi uma paralisia frente à iniciativa da caserna. Vejamos uma análise interessante sobre esta situação inicial, feita pelo historiador e militante comunista Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*:

Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal. Assim se deu a quarta e última queda da liderança populista (GORENDER, 1998, p.66).

Esta postura política do Presidente João Goulart, de passividade naquele momento, em que diversos setores sociais esperavam por parte dele uma posição mais firme, na preservação do Estado de Direito e do seu governo, também é analisada por Darcy Ribeiro, seu ministro e amigo, testemunha dos acontecimentos daquele abril de 1964:

Jango não se dispunha a contribuir para que se desencadeasse uma guerra civil, da qual podia resultar um milhão de mortes, me disse depois. O governo, tendo embora um dispositivo militar que, acionado para a luta, poderia funcionar e contando com massas populares de apoio, não quis se defender. Acabou tendo de deixar o Rio, onde o Presidente não contava nem com segurança pessoal (RIBEIRO apud COUTO, 1999, p.53).

O momento foi, é o que parece, de perplexidade diante da ação militar e a própria incerteza sobre qual caminho deveria ser escolhido pelo Presidente da República, contribuindo deste modo para o êxito dos golpistas que não encontraram nenhuma resistência. Na verdade, os movimentos organizados da sociedade, os defensores de uma concepção mais a esquerda dos rumos do Brasil, ficaram a reboque da decisão de João Goulart.

Outro fator que deve ser visto com atenção é a participação de parcela significativa da população ao lado das forças golpistas nos acontecimentos de abril de 1964, pois:

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática (UDN) e a Igreja Católica. (BRASIL, 1985, p.59).

Existia, então, uma mobilização de setores conservadores pró-golpe

militar, responsável pela disseminação nas massas populares do mito de que a crise brasileira poderia levar o país ao domínio do comunismo internacional. Luís Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil, metalúrgico na época do golpe militar-civil, relata a visão que os trabalhadores tinham em 1964:

Quando houve o 31 de março, eu tinha exatamente 18 anos de idade. Trabalhava na Metalúrgica Independência. E eu achava que o golpe era uma coisa boa. Eu trabalhava junto com várias pessoas de idade. E pra essas pessoas, o exército era uma instituição de muita credibilidade. Como se fosse uma coisa sagrada. Uma coisa intocável. O Exército era uma coisa que poderia consertar o Brasil. Quando houve o golpe, a Metalúrgica Independência tinha umas 45 pessoas e a gente tinha uma meia hora para o almoço. Todo mundo de mamita, a gente sentava para comer e eu via os velhinhos comentarem: 'Agora vai dar certo, agora vão consertar o Brasil, agora vão acabar com o comunismo'. Essa era a visão que eu tinha na época do golpe militar (SILVA apud COUTO, 1999, p.99).

Nesse contexto, as forças armadas depõem o Presidente da República e instauram o governo dos “generais”, apresentando nos primeiros instantes, o caráter autoritário do novo modelo político. Não houve perda de tempo na repressão aos adeptos do governo João Goulart. Os militares ocuparam com soldados e tanques as principais avenidas e ruas, em todo o território nacional. A liberdade foi suprimida, a noite caiu sobre a sociedade brasileira:

Centenas de Sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio

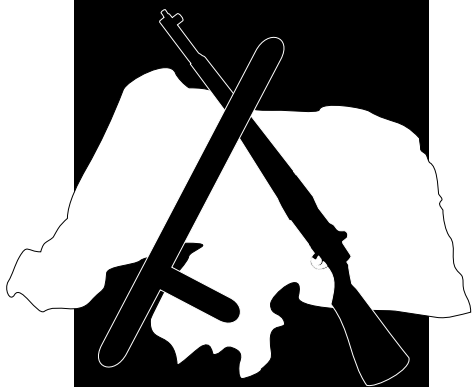
televisado queimaram a sede da UNE. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado (GORENDER, 1998, p.70).

Seguiram-se 21 anos de perseguição política: a tortura foi institucionalizada, lares eram invadidos, cidadãos desapareciam à luz do dia, não havendo garantias constitucionais. Tempo de terrorismo de Estado, como afirmou o Historiador Jacob Gorender. É montada uma engrenagem repressiva. Os membros das forças armadas e das polícias atuam no submundo, fora da lei. 21 anos de sangue e dor.

Capítulo

2

A FACE OBSCURA DO REGIME MILITAR



2A FACE OBSCURA DO REGIME MILITAR

No poder os militares cuidaram de construir um arcabouço jurídico, conferindo aos seus atos um caráter “legal”. Destaca-se a Ato Institucional número 5 (AI 5), que concedia poderes discricionários e absolutos ao Presidente. Procurando legitimar a repressão política, foi editada uma série de decretos e leis draconianas: a Lei de Segurança Nacional, a instituição das penas de morte, de banimento e de prisão perpétua; o decreto 477, que reprimia a atividade político-estudantil. A ditadura militar, com estes instrumentos “legais”, procurava legitimar o terror político.

Além deste conjunto de leis, criou-se um conjunto de repressão política. Sobre esta estrutura de segurança Roberto Martins fez a seguinte observação:

A Comunidade de Informações - como é chamado o conjunto de órgãos de repressão política - passou a constituir-se num verdadeiro governo que dispunha da vida e da morte dos cidadãos. (...) E com a tortura vieramos mortos, os mutilados, os desaparecidos. O terror posto em prática nas câmaras de tortura nada ficou a dever às práticas nazistas (MARTINS, 1986, p.46).

Para compreender melhor o que representou os 21 anos de governos militares, é fundamental descer aos porões do DOI/CODI (Departamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna) e DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), particularmente no período

do governo do Presidente Emílio Médici (1969- 1974).

2.1 A Institucionalização da Tortura

O início da década de 1970 foi caracterizado pela proliferação de governos ditatoriais no cenário internacional. Governos que tinham como marca registrada o desrespeito aos Direitos Humanos. Uma época em que as atividades subterrâneas de perseguição política fortaleciam os grupos extras-legais. Sobre este período obscuro, O historiador Eric Hobsbawm, em “A era dos extremos”, afirmou

A era mais sombria de tortura e contraterror na história do Ocidente foi o período mais negro até então registrado na história moderna da tortura, com 'esquadrões da morte' não identificados nominalmente, bandos de sequestro e assassinato em carros sem identificação que 'desapareciam' pessoas, mas que todos sabiam que faziam parte do exército e da polícia de espionagem que se tomavam praticamente independentes de governos (HOBSBAWM, 2000, P.433).

Na América do Sul, os regimes ditatoriais utilizavam os instrumentos de repressão política para preservar no poder uma classe dominante associada às multinacionais. Eduardo Galeano, em 'As aveias abertas da América Latina, afirma que nesta parte do continente:

Os centuriões ocuparam o poder em função de uma necessidade do sistema e o terrorismo de Estado se põe a financiar quando as classes dominantes já não podem realizar seus negócios por outros meios. Em tempos difíceis, a democracia transforma-se em crime contra a segurança nacional, ou melhor, contra a segurança dos privilégios internos e os investimentos estrangeiros. Nossas máquinas de moer carne humana integram uma engrenagem internacional (GALEANO, 1992, p.295).

É nesse contexto externo que ganha espaço no Brasil os órgãos que constituem a Comunidade de Informações. Antes de 1964 apenas existia o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha); nos anos de 1967 a 1970 há uma proliferação destas organizações. O exército, a aeronáutica, a polícia federal e polícias estaduais passam a ter em suas estruturas, departamentos de polícia política.

O recrudescimento do regime militar brasileiro acontece em outubro de 1968, quando é decretado o AI-5. Os movimentos populares, que viveram no início deste ano um clima de certa “liberdade” política, em que entidades como a UNE, começavam a voltar às ruas em grandes passeatas, como a dos “cemmil”⁸, foram duramente reprimidas. A linha dura das forças armadas assumia o controle do governo.

O ex-presidente, general Ernesto Geisel, apontou o AI-5 como sendo

⁸ Para Gorender (1998, P.148), do ponto de vista da agitação estudantil, o ano de 1968 começou no dia 28 de março, quando um choque de Polícia Militar invadiu o restaurante do Calabouço. Feriram vários estudantes e mataram o secundarista Edson Luís.

resultado do fortalecimento dentro das forças armadas da linha dura. Afirmou o general presidente:

Não justifico o AI-5 mas entendo por que foi feito. Costa e Silva só tinha duas soluções: ou fazia o AI-5 ou renunciava. Não tenho dúvida em relação a isso. [...] Na minha opinião pessoal, Costa e Silva, como presidente, fez o AI-5 contrariado, porque estava sofrendo pressões da área militar. Não era só dos três ministros militares, não eram só o Lyra, o Rademaker, o Márcio. Havia vários outros (GEISEL apud COUTO, 1999, p. 97).

Existia nos quartéis um sentimento de que o movimento militar pós 64 estava enfraquecendo, diante das manifestações da sociedade civil organizada, em defesa do restabelecimento do Estado de direito. Novamente, a resposta do governo à sociedade não adquire o formato de lei, já que os órgãos de segurança começam a agir à margem da legislação vigente. A violência policial rompeu a barreira de classes sociais. O militante dos direitos humanos Hélio Bicudo, em “Direitos humanos e sua proteção”, confirma a ação dos órgãos policiais. Assim ocorreu

Uma violência que transbordou dos despossuídos, para atingir até mesmo a até então intocada classe média, que até então ignorava a chamada 'questão policial', passou a ter seus filhos presos e submetidos à tortura ou a morte. Ao ser atingida, ela sentiu, pela primeira vez na própria carne, o significado das famosas 'práticas policiais rotineiras', eufemismo para as detenções ilegais, as torturas e as mortes (BICUDO, 1997, p. 95).

A classe média que até 1968 tinha recebido um tratamento mais brando por parte de juízes e policiais perde esta 'imunidade'. O fato de ser universitário, profissional liberal ou pertencer a uma família de poder econômico elevado não significava mais estar protegido da tortura, da prisão ilegal e de ter seu nome na lista de desaparecidos políticos. Como apontou o historiador Jacob Gorender:

Até 1968, policiais e juízes eram muito mais severos com os trabalhadores do que com os estudantes. A partir de 1969, o recrudescimento da guerrilha urbana evidenciou que os implicados de origem operária mal chegavam a 10% dos presos políticos. Cerca de 35% dos presos eram estudantes e profissionais com título universitário. São numerosos os casos de tortura de pessoas de status elevado. O Estado Militar agiu com inflexível coerência: cortou os 'galhos podres' da própria classe dominante para defendê-la (GORENDER, 1998, p. 227).

Paralelamente a repressão política no período de 1969 a 1973, criou-se uma falsa idéia de milagre econômico, pelo menos para as milhares de famílias que ficaram excluídas do "desenvolvimento". A frente dos rumos da economia, estavam os tecnocratas, insensíveis às questões sociais, formando uma união perfeita com os militares. Conforme o historiador Thomas de Skidmore:

O resultado foi uma eficaz aliança entre militares radicais e tecnocratas. Cada um tinha suas próprias razões para desejar um regime autoritário e ambos se precisavam mutuamente. Os militares da linha dura precisavam dos tecnocratas para

fazer a economia funcionar. Os tecnocratas precisavam dos militares para permanecer no poder (SKIDMORE, 1988, p. 220).

Deste modo, observou-se no campo econômico a versão do regime político implantado em 1964, havia uma simetria entre as medidas econômicas e as ações dos órgãos de segurança com vistas a calar todo e qualquer tipo de oposição.

A economia se fundamentava em três pontos básicos, conforme destaca Nadine Habert:

O aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos (HABERT, 1992, p.13-14).

Verificou-se, assim, que o golpe militar-civil de abril, como foi tratado na parte anterior, representa na verdade uma ação em defesa dos interesses das multinacionais e do capital nacional, alijando do processo de crescimento econômico e social uma parcela considerável da população. O regime de exceção instalado produziu milhares de excluídos e ceifou nos porões da comunidade de informações centenas de jovens.

Com as restrições impostas pelo regime militar à participação política,

crece na esquerda o debate sobre o caminho a ser seguido na perspectiva da mudança do modelo político e econômico pós-64. Duas posições apresentavam-se de forma distinta: a luta armada ou a participação na oposição consentida pelo governo. Deste modo:

No seu conjunto, a esquerda caminhou para uma oposição clandestina ao regime militar. A guerra de guerrilha, urbana ou rural, foi a estratégia escolhida pela maior parte dessas organizações, quando as vias de oposição institucional à ditadura estavam, na prática, totalmente fechadas (SADER, 1991, p.23).

A intensificação das ações de guerrilha urbana praticada por organizações de esquerda, destacando-se a ALN (Aliança Nacional Libertadora), liderada por Carlos Marighela, serviu de pretexto para que os militares restringissem ainda mais as garantias individuais. A justificativa era de que o país estava em estado de guerra.

Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, credita o endurecimento político ao desencadeamento da luta armada. Segundo Netto (NETTO apud COUTO, 1999, p.127): Na verdade, houve uma guerrilha. O que todo mundo quer esquecer é que houve uma guerra e a esquerda perdeu.

Esta visão é contestada pelo Deputado Federal José Genuíno, militante da Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil ex-presos políticos, que não percebia no governo Médici uma tendência em abrir o regime.

Diz Genuíno:

Eu acho que o grupo militar, a hegemonia militar do governo Médici, não era a hegemonia aberturista. Tanto que, para realizar a abertura, houve uma mudança no mundo militar, com o grupo hegemônico pelo Geisel e pelo Golbery. No final do governo Médici, muitos outros desaparecidos não estavam na luta armada. Agora, no final, já estavam eliminando muita gente. O Herzog morreu e não fazia luta armada (GENUÍNO apud COUTO, 1999, p.129-130).

Dessa forma o aparelho repressivo montado pelos militares não foi apenas resultado das ações armadas dos grupos de esquerda, pois já existia dentro das forças armadas setores contrários a qualquer tipo de abertura política.

Gorender (1998) observa que a política de distensão (1974 - 1985), lenta, gradual e segura formulada pelo presidente Ernesto Geisel, sofreu críticas dos órgãos especializados na repressão policial, os quais tinham conquistado autonomia e detinham o respaldo dos oficiais contrários à política de abertura.

2.2 A morte nos "porões" do regime militar

O estudante Augusto César Salles Galvão, 21 anos, em depoimento, cita alguns dos aparelhos utilizados nos interrogatórios dos presos políticos, feitos nas dependências dos órgãos:

O pau-de-arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o 'conjunto' colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca é usado isoladamente, seus 'complementos' normais são eletrochoques, a palmatória e afogamento (BRASIL, 1985, p.34).

Estes instrumentos de tortura citados no depoimento não foram usados, nos Calabouços da Idade Média, foram utilizados na história recente do Brasil. Na verdade, enquanto, festejávamos a conquista do tri-campeonato mundial de futebol, em 1970 no México, nos DOI/CODI e DEOPS, ouvia-se o som da tortura, corpos sendo dilacerados em unidades militares, transfiguradas de casas dos horrores. Era o início da década de 1970, quando ocorreu um endurecimento do regime sob o comando do Presidente Garrastazu Médici.

As Forças Armadas participaram ativamente nas ações repressivas, com seus organismos: CISA (Centro de Informação Social da Aeronáutica), CENIMAR (Centro de Informação da Marinha) e CIE (Centro de Informação do Exército). A cidadania, os direitos humanos, eram palavras mortas, pois:

Ser preso por qualquer um desses órgãos significava, invariavelmente, a tortura e, para muitos, a morte. Os assassinatos eram encobertos com versões falsas de 'atropelamento' ou 'morte em tiroteio' que eram divulgados pelos meios de comunicação. Ou simplesmente as autoridades negavam ter feito as prisões (HABERT, 1992, p.28).

Os órgãos de segurança, que formavam a Comunidade de Informação, agiam à margem do aparato jurídico, legal, realizando prisões sem que a autoridade judicial competente fosse informada.

Aos poucos o aparelho repressivo do Estado adquiria autonomia e dele surgiam personalidades inescrupulosas, como a do ex-delegado Sérgio Fleury que comandou o DOI/CODI, em São Paulo, um dos principais centros de tortura do país.

A eliminação física de presos políticos no Brasil, torna-se sistemática a partir de 1971, quando sobe o número de 'desaparecidos'. Mas em 1969 este já era um expediente utilizado pela repressão.

Virgílio Gomes, norte-riograndense, foi o primeiro desaparecido político, morto em 1969, tendo passado por várias sessões de tortura na OBEN (Operação Bandeirante). Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio em 'Dos filhos deste solo', sobre o primeiro desaparecido político dizem

Documentos pesquisados no arquivo do DOPS/SP comprovam sua prisão, enquanto órgãos de segurança continuavam negando que ele se encontrava detido. Em sua ficha individual no DOPS/SP, ao lado do seu nome, batido à máquina vemente parênteses, escrito à mão: morto. Virgílio Gomes transformou-se, assim, no primeiro desaparecido político brasileiro (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, P.38).

As prisões eram verdadeiros infernos, para alguns uma experiência enlouquecedora. Além das sevícias sofridas, os presos políticos tinham que se

adaptar em ambientes insalubres. Luís Mir, em 'A revolução impossível', relata a situação dos cárceres brasileiros;

Dois dos principais castigos no DOI/CODI, a cela refrigerada, com luz potente permanentemente acesa e uma temperatura que deixava os presos, nus, em estado pavoroso. No presídio Tiradentes, era a cela forte, ou a cela de leão. Solitária medieval, sem banheiro, completamente escura, sem qualquer ventilação. A sensação era de ser enterrado vivo (MIR, 1994, p.47).

Casa dos horrores, esta deve ser a denominação mais correta para essas prisões. Poucas foram as denúncias públicas sobre o que acontecia nestas instituições prisionais. A imprensa vivia sob forte censura.

Em 1974, com o dismantelamento das organizações de esquerda, o enfraquecimento da guerrilha urbana e os últimos momentos da guerrilha do Araguaia, o novo Presidente Ernesto Geisel, assessorado por Golbery, apresenta um projeto político de volta gradual e lento da normalidade democrática. A política da distensão, lenta, gradual e segura.

Não significou o fim da tortura, dos assassinatos, das prisões ilegais, enfim da perseguição política. Como observou Gorender (1998, p.32): “Não podia ser mantido, por conseguinte o nível de repressão policial característico do Governo Médici. Não se tratava de desmobilizar a repressão, porém de torná-la seletiva e discreta.

Neste período, os órgãos de repressão policial fecharam o cerco sobre o

PCB (Partido Comunista Brasileiro). Até então a preocupação era com as organizações da esquerda armada. Uma ostensiva operação repressiva, entre 1974 e 1975, levou dez nomes desta agremiação a fazer parte da lista dos desaparecidos políticos, entre eles Luís Maranhão Filho e Hiram de Lima Pereira, norte-riograndenses. Assim, em

Em maio de 1974, a esposa de Luís Maranhão denunciou que ele estava em São Paulo sendo torturado pelo delegado Fleury. E o ex-sargento do Exército Marival Chaves revelou que Hiram foi interrogado no centro de tortura e execução implantado clandestinamente pelo DOI/CODI, em Itapevi, na Grande São Paulo, morreu sob tortura e o seu corpo foi lançado em um rio próximo a Avaré (MIRANDA; TIBURCIO, 1999, p.324-327).

O desmonte do aparelho repressivo não foi um processo fácil. Na luta para o restabelecimento das garantias individuais, destacaram-se a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

Os casos citados dos dirigentes do PCB são bem ilustrativos da resistência dos membros da Comunidade de Informações em aceitar a retomada do processo democrático interrompido pelo movimento militar de 1964.

Capítulo

3

O GOLPE MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE



30 GOLPE MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

A década de 1960 foi caracterizada no estado do Rio Grande do Norte pela ebulição política e cultural. Era eleito governador o Sr^o Aluizio Alves, derrotando o seu concorrente Djalma Maranhão. Para o executivo municipal de Natal, saiu vitorioso Djalma Maranhão. As eleições para governador e prefeito da capital foram ganhas com o apoio das forças mais progressistas, numa campanha memorável com a participação de trabalhadores, intelectuais, estudantes, etc. A capital potiguar é palco de uma das administrações, mais democráticas de sua história, como demonstra o professor Homero Costa:

A administração de Djalma Maranhão na prefeitura de Natal será a mais democrata que a cidade já teve. Destacam-se entre as suas realizações a Campanha de Pé No Chão Também Se Aprende a Ler, o Centro Popular de Cultura e o Fórum de Debates, que trouxe a Natal intelectuais de nomes renomados para discutir temas relevantes da conjuntura nacional e internacional (COSTA, 1996, p.65-66).

O cenário pré-64 era de muita participação popular. A prefeitura promovia folguedos nos diferentes bairros, incentivava a leitura através de bibliotecas populares, preocupava-se com a valorização da arte, demonstrada inclusive com a construção da galeria de arte⁹.

⁹ Localizada na Praça André de Albuquerque, a galeria de arte era um espaço aberto aos artistas potiguares, após o golpe a edificação foi destruída.

O Rio Grande do Norte tem um passado de lutas políticas marcantes. Em 1935, Natal foi palco do Levante Comunista¹⁰. Herdeiros dos revolucionários de 1935, os potiguares viviam em ebulição nos anos 1960. Os movimentos sociais detinham uma herança de mobilização muito intensa, havendo uma atmosfera receptiva à participação política, destacando-se o Colégio Estadual Atheneu Norte-riograndense, grande celeiro de lideranças políticas.

Natal sediou diversos eventos importantes para os movimentos sociais, havendo uma mobilização das forças populares. Mossoró, segunda cidade do estado, possuía base operária considerável; Cesário Clementino, ferroviário daquela cidade foi eleito Deputado Estadual em 1958. Era um trabalhador na Assembleia. Conforme Luiz Alves (2001) “Cesário era uma incontestável liderança nacional, o Presidente Jânio Quadros, quando os ferroviários entravam em greve, chamava o Cesário para conversar”.

Percebe-se, desta forma, que os setores populares vivenciavam um momento de ascensão na conjuntura política estadual. Nessa conjuntura, ocorreu um dos grandes acontecimentos dos movimentos sociais: a realização do IV CLAE (IV Congresso Latino Americano de Estudantes), em 1961, ocasião em que a cidade recebeu centenas de estudantes de várias partes do Brasil e da América Latina. A Professora Justina Iva, em “Estudantes e Política”, destaca os participantes ilustres do IV CLAE:

¹⁰ Natal foi durante três dias governado por um governo comunista, transformando-se na primeira cidade das Américas a ter uma administração de caráter comunista.

O IV CLAE teve como convidados especiais o Presidente da República João Goulart, o premiê Tancredo Neves, o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o Deputado Francisco Julião, coordenador das Ligas Camponesas, destes, esteve em Natal, o Deputado Francisco Julião. No dia 08 de outubro de 1962, instalou-se oficialmente o IV CLAE no teatro Alberto Maranhão, discursando na ocasião, o prefeito Djalma Maranhão, se referiu à luta antiimperialista e a revolução cubana (SILVA, 1990, p. 74).

Os trabalhadores organizavam-se, surgiam às primeiras Ligas Camponesas, destacando-se a Liga de Canguaretama, segundo Mery Medeiros (2001), a que mais prosperou no estado. Outro fato importante, descrito pelo professor Homero Costa (1996), foi a organização do Comando Estadual dos Trabalhadores, oficialmente instalado no dia 20 de fevereiro de 1964.

3.1 Primeiros momentos da repressão política em terra potiguar

Efetivado o golpe militar-civil, no Rio Grande do Norte, retrato da situação que o país vivenciava em abril de 1964, as forças políticas e as organizações sociais oponentes ao regime militar instituído foram vítimas da repressão política, sendo toda a mobilização política gradativamente desmontada. Sindicatos foram fechados e suas lideranças presas, dentre elas, Evlim Medeiros, presidente do sindicato da construção civil de Natal. Foi o primeiro preso político do Rio Grande do Norte.

Na manhã de 1º de abril, as principais ruas de Natal foram ocupadas pelas Forças Armadas. Era inaugurado um período de perseguições, torturas, exílio e muitos militantes conheceram a dureza da clandestinidade, outros, a morte. Efetuou-se o desmanche das organizações e dos projetos de uma sociedade mais solidária. Deste modo:

O Golpe pega os trabalhadores de surpresa. Djalma Maranhão ainda tenta formar um QG da legalidade na Prefeitura, para onde vão algumas lideranças sindicais, além de assessores e secretários. Em Macau, onde o Comando Estadual dos Trabalhadores tinham o controle de todos os sindicatos, paralisou todos os serviços do porto e decretou greve geral em defesa de João Goulart (COSTA, 1996, p. 78).

O nome do Prefeito da cidade de Natal, figurava no topo da relação dos presos políticos. Djalma Maranhão realizou uma administração democrática e popular. Por suas ações em prol da sociedade foi preso e com ele quase todos os membros da sua administração. Político nacionalista, firme na defesa dos seus ideais. No seu governo, foi implantado a Campanha de Pé No Chão Também Se Aprende a Ler, um dos principais projetos já realizados na erradicação do analfabetismo¹¹.

Governava o estado do Rio Grande do Norte, na época, Aluizio Alves, um dos primeiros governadores a apoiar o novo governo brasileiro. Seu governo

¹¹ Sobre esta experiência o professor José Willington Germano tem um excelente estudo: Lendo e aprendendo: A campanha de pé no chão.

foi marcado pelo confronto com os setores organizados da sociedade. De acordo com Justina Iva:

Consumado o golpe de Estado em 3 de março de 1964, o governador Aluizio Alves procedeu imediatamente a instauração de um inquérito policial-militar (IPM) visando detectar a extensão do movimento subversivo no Estado. Para coordenar os inquéritos, solicitou ao Governador de Pernambuco a liberação dos policiais José Domingos, que se responsabilizava pelas investigações na área rural e na rede ferroviária, e Carlos Moura, coordenador das diligências efetuada nos campos sindicais, estudantil e na Prefeitura de Natal (SILVA, 1989, p.92).

Passado o impacto inicial, houve uma reorganização dos segmentos sociais de oposição ao regime militar. Todavia no ano de 1968, com a decretação do AI-5, houve o desmantelamento total das forças democráticas no estado, impedindo muitos norte-riograndenses de exercerem atividades políticas na legalidade.

Com uma postura antidemocrática, o Governador Aluizio Alves rompeu com as forças políticas ligadas ao prefeito da capital, que o ajudaram a eleger-se. Caracterizado pelo autoritarismo, realizou um governo intransigente marcado pelo confronto com diversos segmentos da sociedade; nos primeiros anos de seu governo, confrontou-se com o movimento dos trabalhadores da CAERN (Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte), segundo Mery Medeiros (2001), uma greve histórica que conseguiu evitar a demissão de centenas de

trabalhadores como desejava o governador.

Aluizio Alves assumiu uma posição nitidamente pró-Estados Unidos, firmando convênios com o governo daquele país. O pesquisador René Armand Dreifuss, em “1964: a conquista do Estado”, afirma a posição de adesão do governador potiguar ao “sonho americano”. Sendo assim

O Rio Grande do Norte era um dos estados - chaves escolhidos como vitrine, para a promoção das Ilhas de Sanidade, denominação dada pelo embaixador Lincoln Gordon aos estados cujos governadores eram confiáveis sob o ponto de vista americano. Através de um maciço influxo de recursos financeiros, essas ilhas visavam impedir a crescente mobilização trabalhista e de esquerda no problemático nordeste (DREIFUSS, 1981, p.295).

O regime militar na sua ação repressiva não poupou entidade de cunho cultural, exemplo do autoritarismo nesse sentido, foi a investida contra setores como o CCP (Centro de Cultura Popular), extinto pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, verdadeira manifestação da força daqueles que usurparam o poder político no Brasil. Muitos jovens foram perseguidos:

Por terem participado do CCP foram indiciados no mesmo inquérito, Hélio Vasconcelos, seu presidente, Eider Toscano e Luiz Maranhão membros do Conselho Consultivo. Hélio ficou preso durante dez meses, foi exonerado do emprego pelo governo de Aluizio Alves, com base no artigo 7º do Ato Institucional nº 1. Além dele, foram demitidos de suas

funções públicas, Djalma Maranhão, o professor Moacyr de Góes (Secretário Municipal de Educação), e Paulo Frassinete, Danilo Bessa, José Amuda, Aposentados Eider Toscano, Omar Pimenta, Maria Laly e Carlos Lima (SILVA, 1989, p.105).

Os auxiliares do prefeito Djalma Maranhão foram acusados de atividades subversivas, tendo de responder os famosos Inquéritos Policiais militares.

Na manhã de 1º de abril, a imprensa local publicou duas notas oficiais: uma do prefeito Djalma Maranhão, que assumia uma posição de defesa da ordem constitucional, numa demonstração de sua coerência e convicção ideológica. Mailde Galvão, auxiliar do ex-prefeito na década de 1960, informa a posição do chefe do executivo municipal:

O Prefeito Djalma juntou a sua voz a de todos os setores democráticos e populares do país, na denúncia dos governos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul que ontem pela madrugada, colocaram-se fora de lei, levados pelo desespero do reacionarismo contra as reformas de base (GALVÃO, 1994, p.11).

Neste clima, os comandantes militares ameaçavam com o emprego da força e violência, contra os que ousassem resistir ao golpe. Os jornais da cidade publicaram também nota assinada pelo comando militar, como cita Mailde Galvão, em seu livro: 1964: aconteceu em abril:

Medidas preservativas e repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades das forças armadas em Natal, em íntima ligação e entendimento com o Governo do Estado, no sentido de impedir a todo custo, mesmo emprego violento das forças, casos necessário, a perturbação da ordem pública (GALVAO, 1994, p.13).

Djalma Maranhão morreu exilado no Uruguai em 1971. Segundo Darcy Ribeiro, amigo e companheiro de exílio, morreu de saudade.

Encerrava deste modo a ação das forças democratas potiguares. O governo militar com a colaboração prestativa do governador Aluizio Alves, o qual teve anos depois os direitos políticos cassado, imprimiu o mais duro golpe às garantias constitucionais. A liberdade foi restringida, a censura passou a fazer parte do cotidiano dos meios de comunicação.

Mery Medeiros, ex-presos político, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e organizador das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte, na década de 1960, fez um relato interessante dos primeiros meses do regime militar em Natal:

Eu vim para Natal. Natal era uma ilha. Os dirigentes sindicais estavam todos presos. Era um clima de terror e horror. Basta dizer que todos os dias a rádio Cabugi divulgava uma relação com os nomes dos presos políticos e daqueles que estavam sendo perseguidos. Era um clima muito ruim, eles vasculhavam [a polícia política] as casas sem nenhum respeito. Era um clima difícil de se viver. Partindo daí entrei na clandestinidade (MEDEIROS, 2001).

A perseguição não tinha limitação, os novos “senhores do poder”, no comando do governo central, iniciaram o processo de expulsão do serviço público de centenas de servidores acusados de subversivos. O DCT (Departamento de Correios e Telégrafos) foi um dos primeiros órgãos federais a instalar uma comissão de sindicância responsável pela apuração de atos de corrupção e subversão.

Diversos funcionários deste órgão responderam também ao inquérito policial militar, na 7ª Região Militar, localizada em Recife. Alguns ainda foram presos logo nos primeiros dias de abril: José Fernandes, Luiz Gonzaga e Ubirajara Macedo. (MACEDO, 2001)

No dia 13 dezembro de 1968 é decretado o AI-5 (Ato Institucional número 5). Nova onda de terror político se instaura. Há um endurecimento de o governo militar, fecham-se as portas da legalidade. O caminho para muitos foi à luta armada, pois:

[...] a repressão não foi capaz de eliminar totalmente a oposição. Alguns setores oposicionistas, desesperados pela falta de perspectiva de participação nas decisões políticas aderiram à luta armada. Expressivas lideranças estudantis brasileiras e norte-riograndenses decidiram pela clandestinidade (SILVA, 1989, p.156-189).

No final de dezembro de 1968 a 7ª Auditoria Militar, expediu ordem de prisão para alguns estudantes: Ivaldo Cartano, José Bezerra Marinho, Jaime

Araújo Sobrinho e também o padre marista Emanuel. Em janeiro foi preso Gileno Guarabara, que recolhido ao Agrupamento de Fuzileiros Navais, compartilhou seis meses de cárcere com Emmanuel Bezerra dos Santos.

Emmanuel Bezerra foi um dos norte-riograndenses mortos pelos agentes da repressão política. Organizador do movimento estudantil, fez opção pela luta armada, integrando o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Ele e outros potiguares tiveram suas vidas interrompidas nos “porões” do regime militar.

3.2 Norte-riograndenses mortos e desaparecidos (1969-1973)

A época do governo do General Garrastazu Médici foi um dos períodos mais obscuros da política brasileira. As sessões de tortura multiplicaram-se como prática comum nas dependências dos organismos de repressão política. Os esquadrões da morte¹², denunciados por Hélio Bicudo, nestes anos setenta, são encontrados em todo o território nacional, nascidos da Comunidade de Informações.

As torturas praticadas nos Cáceres do regime deixaram marcas profundas naqueles que ousaram contestar o modelo político vigente, acreditando na construção de uma nação solidária. Sobre a tortura, Luciano Almeida, jornalista, ex-dirigente político do PCB (Partido Comunista

¹² Sobre a participação de membros dos órgãos de segurança no esquadrão da morte, existe um relato muito interessante de Hélio Bicudo: Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte.

Brasileiro Revolucionário), preso no Recife em 1970, após aproximadamente 10 anos de reclusão, fez o seguinte relato em “A esquerda em questão”:

Eusabia qual deveria ser a atitude de um militante comunista na tortura: recusar-se a fornecer informações à repressão, sobrepor-se à dor e à morte lenta. Mas entre o ser e o saber não há uma relação de contiguidade, uma vinculação automática. O esforço que esbocei nos primeiros interrogatórios de nada revelar e tudo negar foi progressivamente, cedendo lugar à alternativa da sobrevivência na derrota, obtida a um alto custo moral (ALMEIDA, 1994, p.177).

Este depoimento de Luciano Almeida representa o que muitos sobreviventes dos cárceres da ditadura militar vivenciaram, momentos de dor e desespero como o do Sr. Luiz Alves Neto, preso juntamente com sua esposa Anatólia de Melo Alves. Além das torturas físicas sofridas, ouviu os gemidos de dor de sua companheira sendo seviciada nas dependências do DOI/CODI pernambucano.

Anatólia Alves foi uma das vítimas da repressão política, nordestino-grandense, faz parte da lista dos potiguares mortos e “desaparecidos” políticos, nos tempos de “chumbo” dos governos militares.

A história destes potiguares confunde-se com a memória política da sociedade brasileira. Militantes que ousaram sonhar com a construção de um modelo político comprometido com a resolução dos problemas sociais, impedidos de exercerem uma participação legal na defesa deste ideal, muitos

passaram a viver na clandestinidade e alguns vislumbraram na luta armada a única possibilidade de fazer oposição ao regime militar.

Setores da esquerda brasileira defendiam a ação armada como instrumento de transformação da estrutura social e política imposta pelos militares associados ao grande capital externo e nacional. Che Guevara e Régis Debrey foram as principais referências para as organizações de esquerda que surgiram na época.

Com o endurecimento da repressão política, as prisões recebiam, cada vez mais, um maior número de opositores ao governo. Em 1969, as notícias do uso da tortura aos presos políticos já são bem conhecidas dos militantes de esquerda.

O depoimento da estudante Maria Auxiliadora Lara Barcelos, evidencia as atrocidades praticadas pelos membros da Comunidade de Informações em 1969.

A declarante ouviu os gritos de Chael, quando espancado; que das dez horas da noite às quatro da manhã, Antônio Roberto e Chael ficaram apanhando; que pelas quatro horas da madrugada, Chael e Roberto saíram da sala onde se encontrava, visivelmente ensanguentados, inclusive no pênis, na orelha e ostentando cortes na cabeça; que tais torturas duraram até sete horas da manhã, quando Chael parou de gritar, ficando caído no chão; que Chael foi pisado; que era uma sexta-feira, tendo Chael morrido no sábado (BARCELOS apud BRASIL, 1985, p.247).

A censura impedia a imprensa de denunciar estes casos de tortura. As organizações de esquerda começaram então a planejar ações objetivando a divulgação da situação vivida nos porões do regime militar e libertar alguns presos políticos.

O jornalista, ministro Franklin Martins, relembra como nasceu o sequestro político, divisor de águas no confronto entre a esquerda armada e os órgãos de segurança:

Quando os presos políticos que estavam na Ilha das Flores fossem depor na auditoria militar, interceptaríamos a lancha militar em alto-mar e os libertaríamos. Era inevitável. Numa conversa com Cid Queiroz, enquanto caminhávamos pela rua Marques, em Botafogo, ele comentou que o embaixador norte-americano passava diariamente por ali. Tive a idéia. Por que não sequestramos e exigimos em troca a liberdade de nossos presos? (MARTINS apud MIR, 1994, p.414).

Definido o sequestro como estratégia de resistência a opressão militar, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e a ALN (Ação Libertadora Nacional), sequestraram o embaixador americano no Brasil, Barker Ellbrick. No dia 4 de setembro de 1969 era consumada a ação. O embaixador norte-americano estava sob o poder do MR-8 e da ALN. Conforme o historiador Jacob Gorender:

O sequestro do embaixador dos Estados Unidos foi a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana. Mas houve o preço a pagar, a intensificação da repressão ditatorial. Para os presos libertados, a junta militar

criou a pena de banimento. No dia 19 de setembro, o Ato Institucional nº 14 estabeleceu a pena de morte e de prisão perpétua em tempo de paz, destoantes da tradição jurídica brasileira (GORENDER, 1998, p.168-169).

Este acontecimento, o sequestro do embaixador norte-americano, teve a participação de Virgílio Gomes, norte-riograndense, militante da ALN, que foi comandante militar da operação.

Virgílio foi morto no dia 29 de setembro de 1969. Conforme Gorender (1998, p.169): Após a primeira sessão de pau-de-arara, dispôs de energia psíquica e atlética para entrar em luta corporal com a equipe de torcionários da OBAN (Operação Bandeirantes). Mataram-no a pontapés.

Dirigente do sindicato dos químicos e farmacêuticos de São Paulo. Nasceu no município de Santa Cruz em 1933. Dedicou sua vida a política. Como golpe militar passou a viver na clandestinidade, até ser morto nas dependências dos órgãos de segurança e ter seu nome na lista dos desaparecidos políticos. Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio informam que:

No arquivo do DOPS/PR, em documento do SNI (Serviço Nacional de Informações) de 31/10/1969, lê-se Virgílio Gomes da Silva (Jonas), falecido por resistir à prisão. No arquivo do DOPS/RJ há um documento do CIE (Centro de Informações do Exército) intitulado “terrorista da ALN com curso em Cuba” que relata no texto situação em 21 de junho, morto (MIRANDA; TIBURCIO, 1999, p. 39).

A política de ocultação de cadáveres, coma divulgação de versões falsas

pelos órgãos de segurança foi uma constante na década de 1970, época em que a propaganda oficial buscava encobrir as atrocidades cometidas pelos agentes do governo, realizadas na “calada da noite” nos subterrâneos da ditadura militar.

A conquista do Campeonato Mundial de Futebol, em 1970, pela seleção brasileira, foi ostensivamente explorado como propaganda política do governo do General Presidente Emílio Médici. Uma das imagens mais sólidas e duradouras do presidente Médici é a de torcedor de futebol, rádio de pilha colado no ouvido. É o tempo do 'Brasil, conte comigo'; do 'Brasil ame-o ou deixe-o'. A censura cuidava do controle e neutralização das críticas e de evitar notícias negativas. (COUTO, 1999, p.115)

O marketing governamental se pautava na explicação do sucesso alcançado pela seleção de futebol e na propaganda de que a economia vivia uma época de crescimento. Era a época do dito “milagre” econômico. Neste contexto o Presidente ditador detinha uma grande popularidade, entre a classe trabalhadora, como relata o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva:

A popularidade do Médici no meio da classe trabalhadora era muito grande. Ora, por que? Porque era uma época de pleno emprego. Era uma época do milagre brasileiro eu digo pelo que eu vivia dentro das fábricas. Agora veja: se houvesse eleições e tivesse espaço para a oposição falar obviamente que a popularidade poderia cair muito (SILVA apud COUTO, 1999, p.117).

Neste cenário se desenvolveu um dos momentos mais vigorosos da

repressão política. Houve um esfacelamento de uma série de organizações envolvidas em ações armadas.

Uma delas foi a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), vítima de Cabo Anselmo, um dos mais célebres colaboradores da Comunidade de Informações. Ex-membro da Associação de Marinheiros do Brasil, infiltrado na VPR, foi responsável pela morte de vários militantes desta organização, dentre eles o potiguar Edson Neves Quaresma, nascido no dia 11 de dezembro de 1939 em Itaúno município de Apodi, assassinado após a delação do Cabo Anselmo.

Segundo Suzana Keniger Lisboa, Anselmo foi agente da ditadura infiltrado nos movimentos sociais o que se confirma no caso do potiguar, pois: Quaresma era na época o contato mais permanente de Anselmo. Voltara de Cuba para criar condições para retorno do 'amigo'. Ocultar sua morte era questão fundamental para o prosseguimento, com tranquilidade, do trabalho de infiltração. (LISBOA apud MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p.257)

Edson ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Recife em 1958. Anos depois, no Rio de Janeiro, começou a militar na defesa dos interesses dos marujos brasileiros. Após o golpe militar entrou na clandestinidade, viajando para Cuba onde fez um treinamento militar, tomando-se militante da VPR. (COSTA, 2000)

O Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade na morte de Edson Quaresma. A Comissão Especial, criada pela Lei nº 9.140, na sua maioria votou de acordo com o parecer da relatora Suzana Keniger Lisboa: Edson Neves

Quaresma foi morto sob a responsabilidade do Estado. Quaresma, depois de ferido, teve sua garganta esmagada. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999)

Este era o verdadeiro Brasil que estava encoberto pela propaganda oficial, escondido por uma censura que mantinha, uma mordaca nas redações dos meios de comunicação. A partir de 1971, torna-se sistemática a eliminação física de presos políticos. (GORENDER, 1998)

Neste período quase todas as organizações começam a perder seus quadros. Segundo o depoimento do ex-presos político Luiz Alves Neto, militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) em 1972, era um momento de vigorosa repressão política. Diz Luiz Alves:

Mais em 1972, os aparelhos começaram a cair; era cadeia. Caímos nós em Pernambuco. Caiu o Fernando Sandália. E foi presa também Isolda, que atuava em Natal. Foi presa gente no Chile. Foi o tiro de misericórdia no PCBR. A repressão pega o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e também desmantela o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Não tinha mais o que fazer (ALVES, 2001).

Outro norte-riograndense assassinado pelos órgãos de segurança, foi José Siltón Pinheiro Soares, líder estudantil, em Natal, deixou o curso de pedagogia na UFRN para integrar as fileiras do PCBR, transferindo-se de Natal, seguindo orientação partidária para atuar nas ações armadas. Jacob Gorender relata o episódio da morte de Siltón

A 17 de janeiro de 1973, os jornais noticiaram a morte em suposto tiroteio no bairro Grajaú, Rio de Janeiro, a 29 de dezembro do ano anterior - do próprio Fernando e mais de Getúlio Cabral, José B. Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro Soares e Luciana Ribeiro da Silva. Os cadáveres estavam furados de balas, alguns deles carbonizados (GORENDER, 1998, p.201).

Nascido em São José de Mipibú, José Silton iniciou sua atuação política em Natal, no movimento estudantil. Com o endurecimento do regime militar, entrou na clandestinidade e por orientação do PCBR, passou a atuar em Salvador e no Rio de Janeiro. Morreu aos 23 anos. A polícia montou um “teatrinho”, versão desmascarada, pois, na verdade “os corpos encontrados no Grajaú já chegaram mortos. Sua família continua lutando para que o Estado se responsabilize por sua morte”. (COSTA, 2000, p.113- 114)

Os órgãos de segurança procuravam a cada execução praticada por seus agentes, criar as mais absurdas versões. Como apoio da censura o governo militar apresentava uma imagem de paz, nos bastidores dos diversos DOI/CODI espalhados no país.

O assassinato de Anatólia Alves é bem ilustrativo desta política de “maquiagem” em que as informações eram filtradas pelos censores, instalados nas redações dos jornais. Para a população construíam uma imagem de um Brasil pacífico, um país sem guerras.

Anatólia Alves teve sua vida interrompida no dia 22/01/1973. Natural de Martins, iniciou sua trajetória política na cidade de Mossoró, quando

ingressou no PCBR, partido do qual fazia parte seu companheiro Luiz Alves. Luiz que era bancário, funcionário do Banco do Brasil, em 1969, já participava do movimento sindical da região oeste, antes do casamento com Anatólia em 1966. Com a decretação do AI-5 é obrigado a viver na clandestinidade, passando a residir com Anatólia na Zona da Mata/PE; Região escolhida pelo PCBR para instalação de um grupo armado.

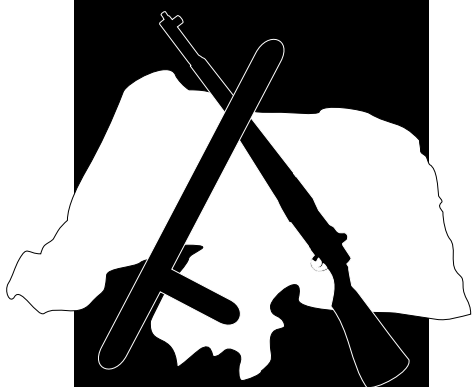
Anatólia e Luiz foram presos em Gravatá, no dia 17 de dezembro de 1972, levados ao DOI/CODI, onde foram torturados. [...] Não se sabe o que realmente aconteceu com Anatólia naquela tarde (22/01/1973). As queimaduras, inexplicadas, levaram-nos à suspeita de Anatólia teria sido vítima de violências sexuais. Sua morte e as queimaduras na região pubiana seriam uma forma de impedir que ela denunciasse os responsáveis pelas sevícias. Seu caso foi reconhecido como responsabilidade do Estado (MIRANDA; TIBURCIO, 1999, p.180-181).

Essa seria mais uma história policial se não fosse o testemunho de presos políticos que sobreviveram às torturas praticadas naqueles centros de terror políticos. No Dossiê sobre sua prisão e morte no DEOPS/PE (Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de Pernambuco), que foi fornecido pelo Sr. Luiz Alves para esta pesquisa, encontra-se a frágil versão policial apontando o suicídio como causa da sua morte.

Capítulo

4

CONSIDERAÇÕES
FINAIS



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história política, nestes 21 anos de governos militares (1964-1985), caracterizou-se pelo obscurantismo, marcado por total desrespeito pelos Direitos Humanos. Prisões ilegais, torturas, assassinatos, ocultação de cadáveres eram práticas “comuns” nos órgãos de segurança. A comunidade de informações alcançou poderes autônomos, agindo em vários momentos à margem do arcabouço jurídico.

A democracia interrompida em 1º de abril de 1964, com ascensão ao poder central dos militares associados ao grande capital nacional e estrangeiro, saiu de cena dando espaço a um regime de exceção. A participação política foi proibida. Sindicatos, associações ficaram sob intervenção. O direito de organização, portanto, abolido.

Imperava a lei do silêncio, sob a qual, a imprensa, amordaçada pela censura, estava proibida de informar, denunciar o que estava acontecendo nos porões do Regime Militar.

Centenas de cidadãos passaram pelas câmaras de torturas, ficando a marca de dor, da brutalidade dos “Senhores do Poder”. Muitos foram executados sem direito a nenhum tipo de defesa, em julgamentos sumários. Os aparelhos repressivos eliminavam cidadãos, ocultando seus corpos, que só “surgiam” na figura do desaparecido político.

Ao reconstruir a história daqueles norte-riograndenses que morreram

nos porões da ditadura militar, possibilitou-se o encontro com homens e mulheres que cometeram o “crime” de pensar diferente do modelo pós-64. Histórias escritas na dor daqueles que mortos, foram envolvidos em versões falsas formuladas pelos seus executores.

Este estudo procurou reconstituir os últimos momentos destes potiguares, apresentando-os dentro de um contexto racional, tendo em vista que suas mortes não foram fruto do acaso, mas de uma ação orquestrada por aqueles que conhecemos a força dos tanques e baionetas.

Muito caminho tem que ser percorrido no resgate para a história destes brasileiros do norte. Vidas que, como vimos, confundem-se com a trajetória política da república. Este passado guarda continuidade. Neste sentido, apresenta-se o modelo de segurança pública, com as polícias olhando o cidadão como “suspeito”. Uma herança que continua viva quando as chacinas, os massacres de trabalhadores continuam a ser praticadas por agentes de segurança do Estado.

Como foi dito no início deste estudo, nossa pretensão não é ser conclusivo, mas por evidência um tema que muito pouco tem sido tratado nas pesquisas acadêmicas.

Temos a certeza de que a tarefa do historiador é árdua, mas fundamental para preservar a memória dos “vencidos”, para que não fiquem relegados a um país, a um Estado sem história.

As imagens de torturas e mortes, praticadas sob o olhar benevolente dos

“Generais Presidentes”, não podem ficar escondidas nos porões do Regime Militar. É atributo nosso, enquanto historiadores, desmistificar a versão dada pelos herdeiros das forças golpistas que levaram o povo brasileiro a viver durante 21 anos sob o manto do obscurantismo político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciano de. A esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo. Natal: COOJORNAT, 1991.

ALVES NETO, Luiz. Depoimento. Mossoró, 2001.

BARROS, Edgar Luiz de. A guerra fria. Campinas: UNICAMP. Atual, 1990.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da república. São Paulo: Alfa Omega, 1986. v. 4.

BICUDO, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. São Paulo: Ed. Pontificia comissão de justiça e paz de São Paulo, 1977.

_____. Direitos humanos e sua proteção. São Paulo: FTD, 1997.

BRASIL nunca mais: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

COSTA, Homero de Oliveira. O partido comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964. Caderno de História. Natal: CCHLA: EDUFRN, v. 3, n 1, p. 51-81, jan/jun 1996.

COSTA, Maria C. C. Democracia. São Paulo: Global, 1989.

COUTO, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil (1964-1985). Rio de Janeiro: Record, 1999.

DREIFUSS, René Amanda. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992.

GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. Natal: Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. Estado militar e educação no Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1998.

HABERT, Nadine. A década de 70. São Paulo: Ática, 1992.

HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IGLESIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JAGUARIBE, Hélio. Sociedade e política: um estudo sobre a atualidade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MARTINS, Roberto R. Segurança Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MEDEIROS, Mery. Depoimento. Natal, 2001.

MIR, Luiz. A revolução impossível. São Paulo: Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do estado. São Paulo: BOITEMPO: Fundação Perseu Abramo, 1999.

RODRIGUES, Marly. A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

SADER, Emir. A transição no Brasil: da ditadura à democracia? São Paulo:

Atual, 1991.

SILVA, Justina Iva de A. Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Gileno Guarnabara. Faculdade de Direito de Natal: lutas e tradições (1949-1973). Natal: RN Editora, 1988.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

UBIRAJARA, Macedo. ... e lá fora se falava em liberdade. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

WEFFORT, Francisco C. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANEXO I

(biografias*)



* Fonte DHNET - Dossie RN

Anatália de Souza Melo Alves

Dados Pessoais

Nasceu em 09 de julho de 1945, em Mombassa, Município de Martins, atual Frutuoso Gomes, no Rio Grande do Norte, filha de Nicácio Loia de Melo e Maria Pereira de Melo. Em 1969 casou-se com Luiz Alves Neto.

Atividades

Anatália era uma pessoa de temperamento reservado, tímida, voltada para os estudos, tendo concluído o curso científico no Colégio Estadual de Mossoró, cidade onde residiu até 1969. Nesse período trabalhou na Cooperativa de Consumo Popular, revelando forte espírito de solidariedade em relação aos associados daquela entidade sócio-econômica. A partir de 1969, acompanhando seu marido, desloca-se para Recife, passando a militar no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Sua atuação política desenvolveu-se na Zona da Mata (PE), contribuindo para a organização e mobilização das bases camponesas do PCBR naquela área.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Anatália foi presa juntamente com o seu marido e outros companheiros em 17 de dezembro de 1972. Levada para o DOI-CODI do IV Exército em Recife,

foi torturada brutalmente até 13 de janeiro de 1973, quando a removeram para o DOPS. Neste órgão de segurança continuaram as torturas físicas e psicológicas, culminando com a sua morte em 22 de janeiro de 1973. Segundo a versão divulgada à época pela repressão Anatólia teria se enforcado com a alça de sua bolsa, após ter ateado fogo as suas vestes. Essa versão não resiste à análise das circunstâncias que caracterizaram a sua morte. Primeiro, seu corpo foi retirado do local onde teria ocorrido o suposto suicídio o banheiro do DOPS - as fotos da perícia foram feitas em outro local. Segundo, a tomeira na qual ela havia fixado a alça da bolsa ficava a menos de 1 (um) metro do chão, tornando inviável a hipótese oficial de suicídio. E, finalmente, sabe-se que a nenhum prisioneiro político, em fase de interrogatório, seria permitido o uso de qualquer instrumento ou meio que atentasse contra a vida dos carcereiros ou do próprio preso, como cintos, alças de bolsas, fósforos, etc.

Bergson Gurjão Farias

Dados Pessoais

Nasceu em 17 de maio de 1947 no município de..., Rio Grande do Norte, filho de Gessiner Farias e Luiza Gurjão Farias.

Atividades

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), estudou na Faculdade de Química da Universidade Federal do Ceará e foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes em 1967. Preso no Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em 1968. Expulso da Faculdade em 1969, com base no famigerado Decreto-lei 477. Indiciado no inquérito por participação no XXX Congresso da UNE, foi condenado em 1º de julho de 1969, pela Auditoria Militar, a dois anos de reclusão. Em 1968, no Ceará, foi ferido gravemente à bala na cabeça, quando participava de uma manifestação estudantil. Refeito do ferimento e sob constante perseguição policial, deslocou-se para o interior do estado, indo residir na região de Caianos, onde continuou suas atividades políticas. Posteriormente foi transferido para a região da Araguaia, incorporando-se ao agrupamento militar de seu partido em ação na área.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Ferido em combate, em 08 de maio de 1972. Seu corpo foi levado para Xambioá, todo deformado pelas torturas, tendo sido dependurado em uma árvore, com a cabeça para baixo, a qual era chutada constantemente pelos militares mobilizados na caça aos guerrilheiros. Segundo depoimento de Dower Cavalcanti, ex-guerrilheiro já falecido, o general Bandeira de Melo lhe dissera que Bergson estaria enterrado no Cemitério de Xambioá. O Relatório do Ministério da Marinha sobre a Guerrilha do Araguaia diz que em “junho de 1972 foi morto...” Seu desaparecimento foi denunciado em Juízo em 1972 e 1973 pelos presos políticos José Genoíno Neto e Dower Cavalcanti. Genoíno afirma que o corpo de Bergson lhe foi mostrado durante um de seus interrogatórios e que sabia que ele se encontrava doente de malária; tendo sido morto a baioneta. Dower Cavalcanti revela que foi preso junto com Bergson e que ele teria sido morto a baioneta.

Djalma Maranhão

Dados Pessoais

Nasceu no dia 27 de novembro de 1915 em Natal, Rio Grande do Norte, filho de Luiz Igrácio de Albuquerque Maranhão e Maria Salmé Carvalho Maranhão, casado com Dária de Souza Maranhão, com quem teve um filho: Marcos Maranhão.

Atividade

Sua militância política tem início na década de 30, quando se filia ao Partido Comunista do Brasil (PCB), desenvolvendo ação política no sul do país. Retomando a Natal em pleno Estado Novo, fundou um jornal e um clube de futebol. Com a redemocratização em 1945, Djalma Maranhão diverge da direção regional do partido, acabando por ser expulso de seus quadros, passando a fazer parte do Partido Social Progressista (PSP). Em 1954 é eleito deputado estadual, desempenhando o mandato até 1956, quando é nomeado pelo governador Dinarte Mariz, prefeito da cidade de Natal. Em 1958 renuncia à Prefeitura e candidata-se a deputado federal, pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), logrando conquistar a primeira suplência. De 21 de julho a 03 de novembro de 1960, assumiu a cadeira de deputado federal. Em 1960, em campanha memorável, foi eleito prefeito de Natal pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN),

assumindo a Prefeitura em 1961.

Sua administração representou uma grande revolução no setor educacional, com ênfase na alfabetização de milhares de natalenses, através da campanha de Pé no chão também se aprende a ler, inspirada no método Paulo Freire. A passagem de Djalma pela Prefeitura foi assinalada por inúmeras obras: Palácio dos Esportes, Estação Rodoviária, Galeria de Arte, Concha Acústica, etc. Apoiou e estimulou todas as manifestações culturais da cidade de Natal, promovendo eventos e envolvendo a população em diversas práticas artísticas. Com o golpe militar de 1964, foi deposto, preso e teve seu mandato cassado. Levado para Recife, foi posteriormente transferido para ilha de Fernando de Noronha, onde ficou confinado até o fim de 1964. Logo em seguida, Djalma segue para o exílio no Uruguai. Nesse ínterim foi julgado e condenado à revelia a 18 anos de prisão.

Circunstâncias da Morte

Em 30 de julho de 1971, vítima de uma parada cardíaca, falece em Montevideu. Segundo seus amigos, Djalma Maranhão morreu de saudade do Brasil e particularmente de sua cidade Natal. Seu corpo foi sepultado no Cemitério do Alecrim

Edson Neves Quaresma

Dados Pessoais

Nasceu no dia 11 de dezembro de 1939 em Itaú no município de Apodi, Rio Grande do Norte, filho de Raimundo Agostinho Quaresma e Josefa Miranda Neves.

Atividade

Estudou até a 5ª série do curso primário em Natal/RN. No ano de 1958 transfere-se para Recife/PE, onde ingressa na Escola de Aprendizes de Marinheiros, da qual sai como grumete em 1959. Logo em seguida, é deslocado para o Rio de Janeiro, tendo servido no cruzador Tamandaré. Com a constituição da Associação de Marinheiros do Brasil, Edson passa a integrar seus quadros, atuando na tesouraria daquela entidade de defesa dos interesses sócio-econômicos dos marujos brasileiros. O golpe militar reprime radicalmente o movimento dos praças da Marinha, resultando na prisão e confinamento de Edson na Ilha das Cobras, por um período de um ano e dois meses. Em 31 de dezembro de 1964 é expulso da Armada. A partir de 1965 mergulha na clandestinidade, tendo viajado para Cuba, onde fez treinamento militar, regressando ao Brasil em julho de 1970, já como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Circunstâncias da Prisão e Morte

No dia 05 de dezembro de 1970, Edson passava junto com Yoshitame Fugimore pela Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, quando foram reconhecidos por uma patrulha do DOI-CODI do II Exército que começou a persegui-los. A equipe da repressão metralhou o automóvel que os conduziam, ferindo ambos. Edson, mesmo ferido, tentou correr, sendo alcançado pelos policiais que o assassinaram cruelmente. Um dos agentes segurou-lhe um dos braços e outro policial, segurou o outro braço, pisando violentamente na sua garganta, matando-o. A necropsia foi feita pelo legista da ditadura militar Hany Shibata. Seu corpo foi sepultado como indigente no cemitério de Vila Formosa, na quadra 15 e túmulo 66, como nome falso de Célio Silva Alves. Documento do CENIMAR, entretanto, afirma que Célio foi identificado por exame datiloscópico como Edson Neves Quaresma.

Emmanuel Bezerra dos Santos

Dados Pessoais

Nasceu em 17 de junho de 1947 na praia de Caiçara, no município de São Bento do Norte, Rio Grande do Norte, filho de Luis Elias dos Santos, pescador e Joana Elias Bezerra, florista.

Atividades

Estudou na Escola Isolada São Bento do Norte, onde fez o curso primário. Em 1961 transfere-se para Natal, passando a residir na Casa do Estudante e a estudar no Colégio Atheneu Norte-riograndense. Quando cursava a 3ª série do curso ginásial, Emmanuel, juntamente com outros colegas, funda o jornal O Realista, voltado para a denúncia política das misérias da nossa sociedade. Logo em seguida, já na época da ditadura militar, Emmanuel cria “o Jornal do Povo”, publicação libertária com correspondente em vários municípios do estado. No Atheneu estuda até o 1º ano clássico, 1965. Em 1966 fica doente e perde o ano letivo, recuperando-se imediatamente com o supletivo (art.99) e presta exame vestibular, ingressando na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto em 1967. Neste ano é eleito delegado ao XIX Congresso da UNE em São Paulo. Também é eleito presidente da Casa do Estudante, onde realiza uma administração marcada pelo dinamismo, ousadia e eficiência. A Casa do

Estudante é transformada em forte trincheira de luta do movimento estudantil (secundaristas e universitários) de Natal. Toma-se, em 1968, na gestão de Ivaldo Caetano Monteiro, diretor do Diretório Central dos Estudantes da UFRN, desempenhando função de liderança no meio universitário. A partir de 1966, Emmanuel passa a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo um dos principais articuladores e teóricos da Luta Interna no velho partido, dele se afastando em 1967 para incorporar-se no Partido Comunista Revolucionário (PCR). Com a edição do Ato Institucional nº 5, Emmanuel é preso (dezembro de 1968), conderado cumprindo a pena até outubro de 1969 em quartéis do Exército, Distrito Policial e finalmente na Base Naval de Natal. Libertado, Emmanuel imerge na clandestinidade, indo atuar politicamente (já como dirigente nacional do seu partido) nos estados de Pernambuco e Alagoas. Nesse período, realiza viagens ao Chile e Argentina em missão do partido, buscando aglutinar exilados brasileiros à luta em desenvolvimento no país. Além de militante político, Emmanuel era uma pessoa voltada para a arte e cultura, tendo participado dos movimentos artísticos desenrolados na capital Natal. Rabiscou seus primeiros poemas adolescentes ainda na sua longínqua Caiçara do Norte. Apesar das atribulações da vida clandestina, foi possível salvar alguns poemas de sua autoria.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Emmanuel foi preso no dia 04 de setembro de 1973, às 08:30 horas no Largo da Moema, São Paulo, quando regressava de viagem ao exterior.

Conduzido para o DOI-CODI do II Exército, onde passou a ser torturado brutalmente até a morte, junto como seu companheiro Manoel Lisboa de Moura, que havia sido aprisionado desde o dia 17 de agosto em Recife. A necropsia foi realizada pelo famigerado legista Harry Shibata, o qual deve ter assinado o laudo sem ter examinado o cadáver; não constatou as inúmeras marcas de torturas no corpo de Emmanuel. Em fotografia recuperada pelas entidades de direitos humanos, fica evidenciada a violência sofrida por Emmanuel: seu olho esquerdo está visivelmente inchado, seus lábios também estão intumescidos, sua testa apresenta ferimentos, a base do seu nariz está quebrada, seu lábio inferior está cortado e em volta do seu pescoço desenha-se um colar de morte, como se fora feito a fogo. Foi sepultado, ao lado de Manuel Lisboa, no cemitério de Campo Grande, como indigente.

Gerardo Magela F. T. da Costa

Dados Pessoais

Nasceu em 1950 no município de Caicó, Rio Grande do Norte, filho de Luís Fernandes da Costa e Francisca Jandira Torres Fernandes da Costa.

Atividades

Gerardo era poeta e jornalista. Durante o período em que residiu em Itú/SP, participou do jornal BIDU, gazeta poética e política que mobilizava a juventude daquela cidade do interior paulista. Depois, passou a morar em Sorocaba, onde prestou exame vestibular na Universidade local, tendo alcançado o 5º ano do curso de medicina. Como estudante universitário engajou no movimento estudantil, inclusive foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sorocaba. Era amigo de Alexandre Vanucci Leme, estudante de Geologia na USP e assassinado pelo DOI-CODI do II Exército na mesma época de Gerardo. Era sobrinho, pelo lado materno, do ex-deputado e ex-prefeito de Caicó, Manoel Torres.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Gerardo morreu em 28 de maio de 1973. Segundo a versão oficial divulgada pela repressão política, Gerardo teria se suicidado, atirando-se do

Viaduto do Chá, centro de São Paulo. A causa da morte do militante político foi atribuída a traumatismo crânio-encefálico. O laudo foi assinado por Otávio D'Andréia, legista da ditadura militar, responsável por inúmeros laudos falsos de morte de prisioneiros políticos, a exemplo de Luís Eunico Tejera Lisboa, morto sob tortura em São Paulo. Paradoxalmente o laudo oficial não registra, no cadáver de Gerardo, nenhuma outra fratura ou mesmo escoriações, prováveis em alguém caído de uma altura razoável. O jornal francês, Le Monde, veiculou à época a morte de Gerardo, atribuindo-lhe motivação de natureza política. Gerardo teria sido enterrado no cemitério de Perus/São Paulo como nome verdadeiro.

Hiran de Lima Pereira

Dados Pessoais

Nasceu em 03 de outubro de 1913 em Caicó, Rio Grande do Norte, filho de Hilarino Amâncio Pereira e Maria Marieta de Lima Pereira, casado com Célia Pereira, pai de quatro filhas.

Atividades

Militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em meados da década de 30, Hiran é detido no Rio de Janeiro, quando servia ao Exército, permanecendo preso durante um ano. Foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte em 1946. Em 1948 tem o seu mandato cassado, junto com toda a bancada federal do PCB. No ano de 1949 é deslocado para Recife/PE, onde se destaca como redator do jornal Folha do Povo, periódico do PCB em Pernambuco, ao mesmo tempo que desempenha a função de vogal na Junta de Conciliação e Julgamento de Recife. Participa de todas as campanhas políticas e eleitorais a nível local e nacional. Com a eleição de Miguel Arraes para a Prefeitura de Recife, é nomeado secretário de Administração do município, permanecendo na função nas administrações que o sucederam. Na crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, é seqüestrado por agentes do IV Exército, ficando desaparecido por 10 dias, tendo sido levado para a ilha de

Fernando de Noronha. Nesse ínterim, Hiran participa como ator da peça “A Pera e a Lei”, de autoria de Ariano Suassuna e direção de Hermilio Borba Filho, cuja estréia foi no Teatro Popular do Nordeste (TPN). Com o golpe militar em 1964, mergulha na clandestinidade, inicialmente em Recife e a partir de 1966 no Rio de Janeiro. Sua família, no entanto, sofre as consequências da onda repressiva que devasta os movimentos e organizações populares, sendo detidos no IV Exército, diversos membros da família de Hiran. Posteriormente foi transferido para São Paulo, continuando a exercer missões partidárias como jornalista e dirigente político, até 1975 quando desaparece, imerso na penumbra do terror repressivo da ditadura militar.

Circunstâncias de da Prisão e Morte

Segundo relato de Zódja Pereira, filha de Hiran, que usava o nome de guerra de José Vanildo de Almeida, seu último contato com a família aconteceu em janeiro de 1975. Hiran não compareceu ao ponto de encontro com sua mulher em 13 de janeiro. Em 15 do mesmo mês, Célia Pereira foi presa por agentes do DOI-CODI do II Exército, sendo torturada violentamente nas sinistras dependências daquele órgão, na rua Tutéia, São Paulo. Durante seu interrogatório, Célia percebeu que seu companheiro teria sido morto sob torturas no mesmo período. Célia Pereira afirma também que vislumbrou entre várias pessoas levadas para sessões de interrogatórios, um cidadão encapuzado, com características físicas semelhantes ao seu marido. Um mês depois, duas filhas de

Hiran Prereira, foram presas e interrogadas no DOI-CODI em São Paulo. Documento do Ministério da Aeronáutica, contendo informações do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), dá conta da descoberta de uma conta bancária no BRADESCO, nome de José Vanildo de Almeida, cujo saldo era Cr\$ 10,85 (dez cruzeiro e oitenta e cinco centavos), indicando que Hiran teria sido identificado pelos órgãos de segurança.

José Silton Pinheiro

Dados Pessoais

Nasceu em 31 de maio de 1948 no sítio Plum de Cima, município de São José de Mipibu, Rio Grande do Norte, filho de Milton Gomes Pinheiro e Severina Gomes Pinheiro.

Atividades

Silton viveu até 06 anos de idade no sítio onde nasceu. Depois transferiu-se para a cidade de Monte Alegre, na qual ficou até completar 10 anos de idade. A partir daí radicou-se na capital, Natal. O curso primário foi concluído no Instituto Sagrada Família. Terminou o curso girasial no Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas, em 1966. Iniciou o curso clássico no Colégio Estadual Padre Miguelinho, finalizando-o no Atheneu Norte-riograndense. Em 1964, começa sua militância política no movimento estudantil, tendo sido eleito presidente do Diretório Marista de Natal, que logo depois do golpe militar passou a ser denominado Grêmio Marista de Natal. Jovem cheio de alegria, senso de humor e com grande facilidade de fazer amigos, tinha carinho especial pelas crianças. Em 1970, ingressa na Faculdade de Pedagogia da UFRN. Neste mesmo ano incorpora-se ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Em função da perseguição política movida pela ditadura militar em 1972 é obrigado a

entrar na clandestinidade. Silton é deslocado para Recife/PE e posteriormente para o Rio de Janeiro, onde continua sua atividade política dentro do partido.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Foi morto, sob torturas, no dia 29 de dezembro de 1972, juntamente com os seus companheiros de partido: Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio Oliveira Cabral e José Bartolomeu de Souza, no Rio de Janeiro. Foi montado pela repressão um “teatrinho” para justificar a morte dos jovens revolucionários, como se tivesse ocorrido em tiroteio com os agentes da ditadura. Seu corpo foi encontrado totalmente carbonizado, num automóvel Volkswagen à rua Grajaú, nº 321. Obviamente os corpos estavam nesse estado com o fim de ocultar as marcas das sevícias a que foram submetidos. No verso de sua Certidão de Óbito firmada pelo legista da repressão Roberto Blanco dos Santos, foi colocada a frase: “Inimigo da pátria” (terrorista), revelando o ódio dos seus algozes para com ele. Seu corpo foi sepultado no cemitério de Ricardo Albuquerque, em 06 de fevereiro de 1973, na cova nº 22.706, quadra 21.

Lígia Maria Salgado Nóbrega

Dados Pessoais

Nasceu em 30 de julho de 1947 em Natal, Rio Grande do Norte. Filha de Georgino Nóbrega e Naly Ruth Salgado Nóbrega, foi a terceira numa família de seis irmãos.

Atividades

Ainda pequena, Lígia mudou-se para a cidade de São Paulo onde estudou, terminando o curso de Normalista no Colégio Estadual Fernão Dias Paes. Em 1967, entrou no curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo (USP) e se destacou pela sua capacidade intelectual, pela liderança e empenho em abrir horizontes, modernizar métodos de ensino, implicar as pessoas em sua responsabilidade social em uma vida digna, onde direitos humanos fossem respeitados e o indivíduo fosse um verdadeiro cidadão. Após a edição do Ato Institucional nº5, com os canais de participação aberta e legal fechados pela ditadura militar. Em 1970, Lígia se engaja na Vanguarda Armada Palmarensis (VAR-PALMARES) e com outros companheiros, passa à luta armada para enfrentar a violência do regime vigente no país à época.

Circunstâncias da Morte

Foi metralhada em 29 de março de 1972, quando a casa em que se encontrava no bairro de Quintino, Rio de Janeiro, foi invadida por agentes do DOI-CODI do I Exército. Com Lígia, foram mortos seus companheiros: Antônio Marco Pinto de Oliveira e Maria Regina Lobo Leite Figueiredo. Seu corpo foi reconhecido por seu irmão Francisco Salgado da Nóbrega, em 07 de abril de 1972, tendo sido sepultada em cemitério de São Paulo.

Luís Inácio Maranhão Filho

Dados Pessoais

Nasceu em 25 de janeiro de 1921 em Natal, Rio Grande do Norte, filho de Luís Inácio Maranhão e Maria Salmé Carvalho Maranhão, casado com Odete Roselli Garcia.

Atividades

Advogado. Professor do Atheneu Norte-rio-grandense, da Fundação José Augusto e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Jornalista, colaborou com diversos jornais do Estado, particularmente com o Diário de Natal. Escreveu vários artigos sobre questões candentes da realidade para a Revista da Civilização Brasileira. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo sido eleito para o seu Comitê Central no VI Congresso do partido em 1967. Preso em 1952 pela Aeronáutica em Parnamirim, foi brutalmente torturado, constituindo essa saga vivida por Luís, um capítulo do livro A História Militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré. Em 1958, a convite de Fidel Castro visita Cuba. Com o golpe militar de abril do mesmo ano, Luís é preso e, novamente, submetido à tortura. Permanece preso até fins de 1964. Libertado, imediatamente passa à clandestinidade, no Rio de Janeiro. Durante o período de vida clandestina, Luís Maranhão Filho, atua em diversas missões e comissões

partidárias. Era importante elo de ligação nos contatos do partido com a Igreja Católica e políticos de oposição legal.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Luís Maranhão Filho foi preso no dia 03 de abril de 1974 numa praça em São Paulo, capital. Pessoas que presenciaram a cena, informam que ele foi algemado e conduzido num transporte de presos pelos agentes do DOI-CODI do II Exército. A ditadura militar jamais reconheceu a prisão do militante político; foi incluído no rol dos desaparecidos. Sua esposa denunciou, através do Secretário Geral do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), deputado Thales Ramalho, que Luís estava sendo torturado em São Paulo pelo famigerado assassino Sergio Fleury. Em 15 de maio de 1974, o vice-líder da ARENA, Deputado Garcia Neto prometia “que o governo tomaria providências para elucidar os sequestros de presos políticos, inclusive de Luís Maranhão Filho”. Providências nunca encaminhadas. Em 08 de abril de 1987, o ex-médico e torturador Amílcar Lobo revelou, em entrevista à Isto É, que viu Luís sendo torturado no DOI-CODI do I Exército no Rio de Janeiro. Em 1993 o ex-agente do DOI-CODI, Marival Chaves, em entrevista à Revista Veja, disse que Luís fora trucidado pelos órgãos de segurança da ditadura militar; seu corpo não foi localizado.

Virgílio Gomes da Silva

Dados Pessoais

Nasceu em 15 de agosto de 1933 em Sítio Novo, município de Santa Cruz, Rio Grande do Norte. Filho de Sebastião Gomes da Silva e Izabel Gomes da Silva, casado e pai de três filhos.

Atividades

Foi operário da indústria química e dirigente do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. Em 1962, foi baleado quando participava da luta pela conquista do 13º salário, sendo hospitalizado no Hospital Brasília, Rua Vergueiro, São Paulo. Com o golpe militar de 1964, Virgílio é preso, permanecendo 4 meses na cadeia. Perseguido pela sua militância, não conseguia emprego nas fábricas; sobreviveu mantendo um pequeno bar em São Miguel Paulista. Entre outubro de 1967 e julho de 1968, faz treinamento militar em Cuba, como integrante dos quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN). No início de setembro de 1969, comanda o Grupo Tático que sequestrou o embaixador americano no Brasil, Charles Elbrick, logrando obter a libertação de 15 prisioneiros políticos brasileiros.

Circunstâncias da Prisão e Morte

Foi preso no dia 29 de setembro de 1969, na Av. Duque de Caxias, São Paulo, por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN). Declarações prestadas por Francisco Gomes da Silva, seu irmão, elucidam as condições e circunstâncias do assassinato de Virgílio: “Meu irmão foi preso e morto na Operação Bandeirantes, em 29 de setembro de 1969. Era militante da ALN e estava sendo procurado pela repressão. Eu já estava sendo interrogado, quando ouvi os gritos de Virgílio sendo torturado. Às 21:00h do mesmo dia, Virgílio foi morto, pendurado no pau de arara. Mais ou menos meia hora depois que eu soube que Virgílio havia morrido, o capitão Albernaz informou que o mesmo havia fugido. Ouvi comentários segundo os quais os torturadores haviam retirado os olhos e os testículos do meu irmão. Um delegado do DOPS afirmou para mim que Virgílio foi enterrado no cemitério de Vila Formosa”.

Zoe Lucas de Brito Filho

Dados Pessoais

Nasceu no dia 17 de agosto de 1944 no município de São João do Sabugi, Rio Grande do Norte, filho de Zoe Lucas de Brito e Maria Celeste de Brito.

Atividades

Fez o curso primário no Grupo Escolar Senador José Bernardo em São João do Sabugi, cidade em que morou até 1958. Em 1959 transfere-se para Caicó, onde conclui o curso ginásial no Ginásio Diocesano Seridoense em 1962. O segundo grau, Zoe completou na cidade de Recife/PE, tendo posteriormente prestado exame vestibular, ingressando no curso de Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Participou do movimento estudantil na capital pernambucana no período. Inicialmente foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a partir de dezembro de 1969, da Ação Libertadora Nacional (ALN), condição na qual foi preso em 31 de março de 1970 pela repressão política. Permaneceu preso durante sete meses, percorrendo diversas prisões: Segunda Companhia de Guarda, Forte de Cinco Pontas e Casa de Detenção do Recife. Antes de ser preso, Zoé era professor de Geografia, exercendo a profissão em escola particular. Depois de libertado, ficou alguns meses em Recife, mas diante do cerco e das ameaças policiais, Zoé viaja para São

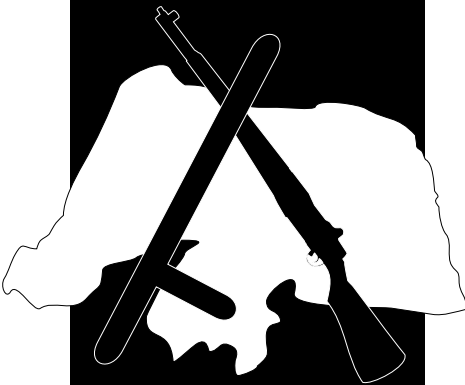
Paulo. Nesta cidade passou a trabalhar como corretor de imóveis.

Circunstâncias da Morte

Seu corpo, dilacerado, foi encontrado sobre os trilhos da Estação de Trem Ipiranga - São Paulo, em 28 de junho de 1973. As circunstâncias de sua morte continuam obscuras: a testemunha que comunicou ao irmão o falecimento de Zoé, não identificou-se.

ANEXO II

(fotografias)





Hiran Pereira
Fonte: DHNET

Hiram de Lima Pereira



Av. Presidente Bandeira
Fonte: Acervo IHGRN

Av. Pte. Bandeira — Natal



Relógio do Alecrim
Fonte: IHGRN



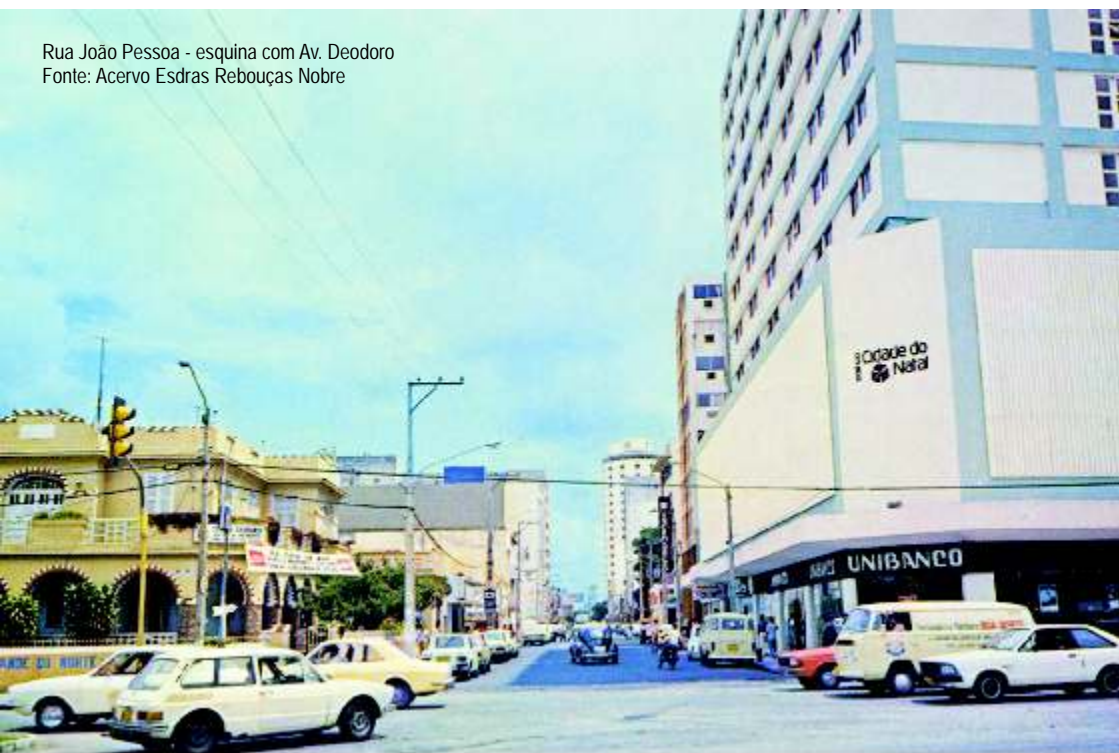
Emmanuel Bezerra
Fonte: DHNET

Emmanuel Bezerra dos Santos

Anatália Alves
Fonte: DHNET



Rua João Pessoa - esquina com Av. Deodoro
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre



Praça Sete de Setembro - Palácio Felipe Camarão
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre



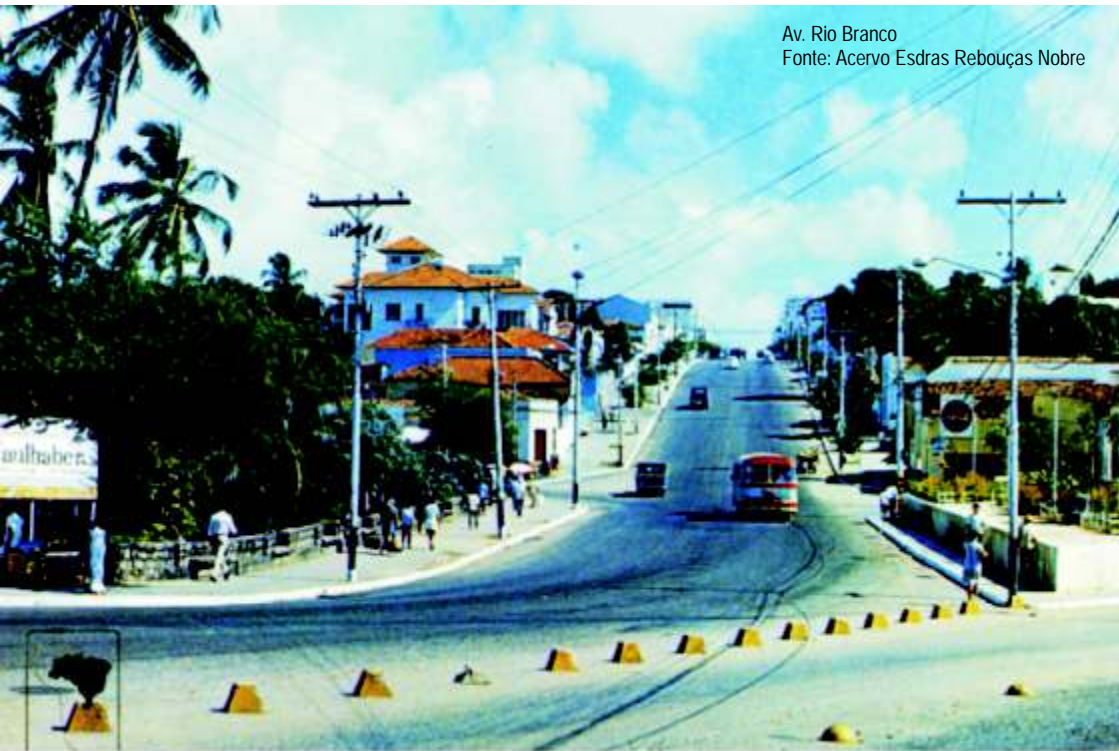


Galeria de Artes
Fonte: DHNET

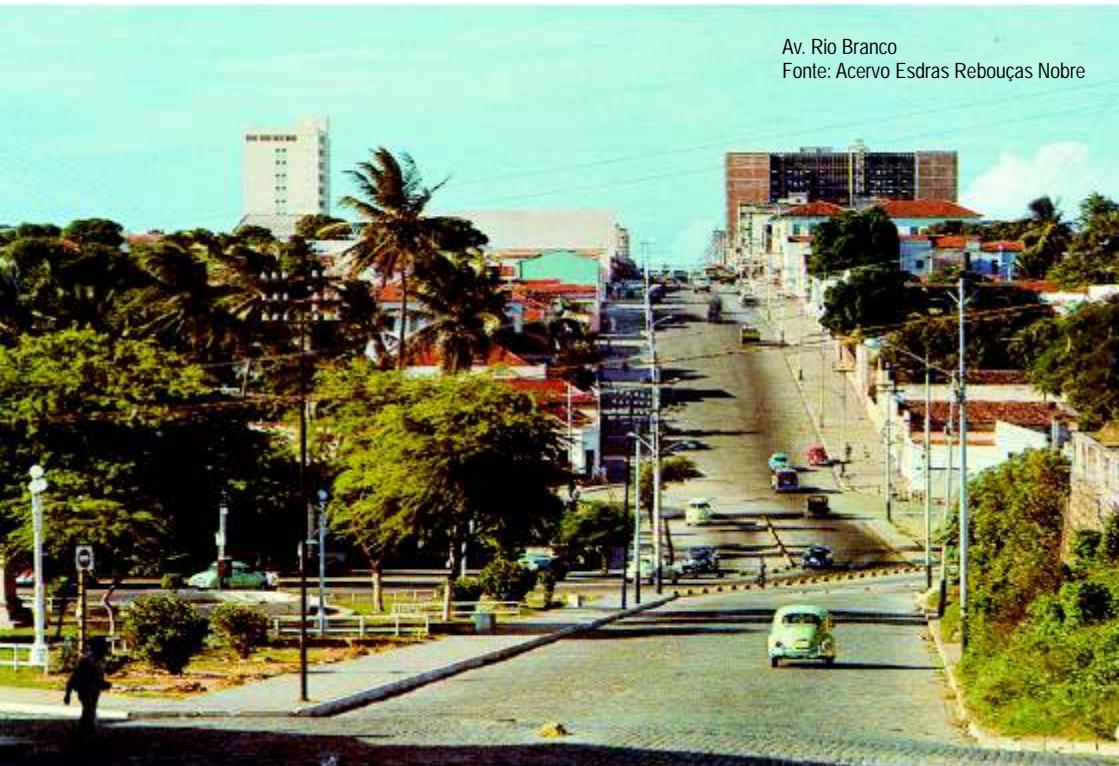


Djalma Maranhão
Fonte: DHNET

Av. Rio Branco
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre



Av. Rio Branco
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre

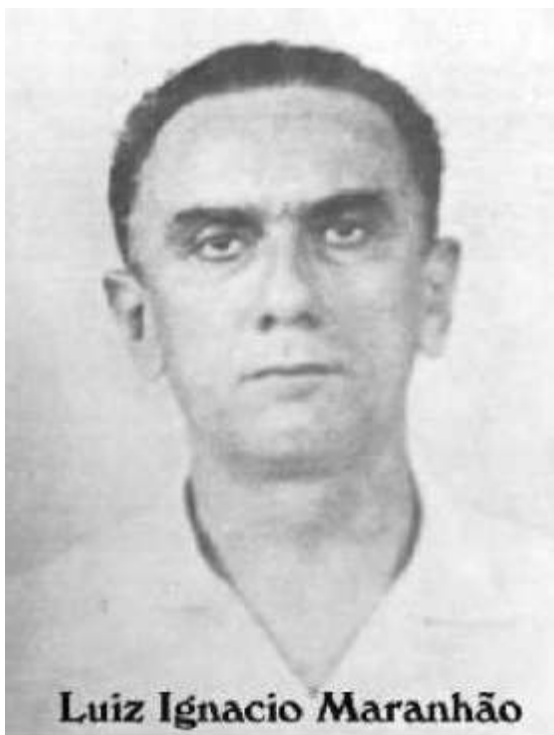






Virgílio Gomes
Fonte: DHNET





Luiz Maranhão
Fonte: DHNET



Antigo Casarão da Av. Deodoro
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre



Estádio Presidente Castelo Branco - Anos 70
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre



Praça André de Albuquerque
Fonte: Acervo Esdras Rebouças Nobre

